

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ANDRÉIA DOS SANTOS SIQUEIRA

**VÍNCULOS FAMILIARES E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS (AS): UM ELO
POSSÍVEL?**

**São Borja
2016**

ANDRÉIA DOS SANTOS SIQUEIRA

VÍNCULOS FAMILIARES E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS (AS): UM ELO POSSÍVEL?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Elisângela Maia Pessôa

**São Borja
2016**

ANDRÉIA DOS SANTOS SIQUEIRA

VÍNCULOS FAMILIARES E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS (AS): UM ELO POSSÍVEL?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 24, junho de 2016.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Elisângela Maia Pessôa
Orientadora
Unipampa

Prof. Dra. Monique Soares Vieira
Unipampa

AS Esp. Charles Hoepner
PUC/RS

Dedico este trabalho à minha mãe Ana e meu pai Antonio, meu irmão Emanuel e minhas irmãs Adriana, Analice, Sabrina, Ana Júlia e ao meu namorado Joubert. Vocês deram-me amor, carinho, compreensão e incentivo em todo o percurso para a realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer à minha família, principalmente MINHA MÃE ANA e MEU PAI ANTONIO, sem os quais a concretização deste sonho seria impossível. Vocês ensinaram-me o quão valiosa é a educação e sempre me incentivaram a estudar. Estiveram ao meu lado todo o tempo, impulsionando e apoiando. Mesmo nos momentos de adversidade, acreditaram em mim. Sei que essa graduação era o sonho que vocês dois tinham para vocês, mas não lhes foi possibilitado, pai e mãe, por que desde muito cedo precisavam trabalhar. Agora estou realizando um sonho que é nosso, como é bom sonhar os sonhos de vocês e os realizarmos juntos. Essa graduação foi por vocês. Serei grata eternamente, os amo muito.

Agradeço ao meu irmão Emanuel e minhas irmãs Adriana, Analice, Sabrina e Ana Júlia que mesmo sem saber me deram forças para seguir buscando meus objetivos. E sempre entenderam meus momentos de ausência, por conta da graduação. Não imaginam o quanto me fazem feliz por terem-me como exemplo para vocês, saibam que eu é que me espelho em vocês todos os dias.

Agradeço também ao meu namorado Joubert por estar ao meu lado em toda a graduação, pela paciência, companheirismo e por sempre me incentivar fazendo-me acreditar que eu era capaz. Ao longo desses quatro anos você esteve comigo, acompanhou de pertinho minhas aflições e alegrias, compreendendo os momentos que estava passando e as decisões que eu tinha de tomar. Sou feliz em poder conviver com você, te amo.

Agradeço aos demais familiares e amigos (as) que torceram por mim e que compreenderam minha ausência em diversos momentos por conta da graduação. Sei que perceberam a mesma como necessária nesse processo, e também que foi por um ótimo motivo.

Agradeço às minhas colegas e amigas Anelise e Claudete pelo companheirismo nos momentos de euforia e até mesmo nas horas de aflição. Juntas aprendemos e discutimos muito sobre o trabalho profissional e sobre como ser um ser humano melhor. Sempre lembrarei de vocês com muito carinho.

Agradeço aos demais colegas pelos momentos de construção de conhecimento dentro e fora das salas de aula.

Agradeço à minha querida ORIENTADORA ELISÂNGELA MAIA PESSÔA, que me acompanha desde o processo de estágio supervisionado, acolhendo minhas indagações a respeito da temática, pela compreensão nos momentos em que necessitei e pela dedicação. Devo muito deste trabalho a você, que sempre acreditou na real importância dele. Saiba que espero um dia alcançar um pouquinho da sensibilidade e empatia que você denota ao outro, és uma ótima profissional. Obrigada por partilhar seus conhecimentos para a construção do trabalho, você foi demais.

Agradeço aos professores da Universidade Federal do Pampa por compartilharem seus conhecimentos ao longo da graduação, e desconstruir os conceitos que eu tinha de mundo e sociedade, sem dúvidas construí novos conceitos, aprendi muito, inclusive a como respeitar as pessoas e colocar-se no lugar do outro, isso é muito bom.

Agradeço aos integrantes da banca, Professora Elisângela Maia Pessôa, Professora Monique Soares Vieira e ao Assistente Social Especialista Charles Hoepner por terem aceito o convite de participar da banca de qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso, colaborando com suas considerações a respeito do mesmo.

Agradeço ao Asilo São Vicente de Paula por acolher a pesquisa, aos profissionais e aos usuários da instituição que me fizeram ampliar o olhar para o mundo e as pessoas.

Agradeço à todas as pessoas que acreditaram e sonharam comigo, que um dia realizaria este objetivo, que no início parecia-nos algo utópico. Todos (as) os (as) que torceram por mim, e que de alguma forma contribuíram para a concretização deste sonho!

“Que os vossos esforços desafiem as
impossibilidades, lembrai-vos de que as
grandes coisas do homem foram
conquistadas do que parecia impossível”.

Charles Chaplin

RESUMO

Este trabalho refere-se aos resultados do projeto de pesquisa realizado no desenvolvimento das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa campus São Borja/RS. Versa sobre o que o afastamento familiar causa em idosos (as) institucionalizados (as), a partir da percepção de profissionais da instituição. Tem como objetivo geral Analisar quais são os impactos do rompimento de vínculos familiares sobre a vida de idosos (as) institucionalizados (as) no Asilo São Vicente de Paula. Torna-se relevante ponderações sobre esses impactos sobre tal situação, para posteriormente serem realizadas ações neste sentido. A pesquisa foi norteada pelo método dialético-crítico, com pesquisa de tipo qualitativa, com realização de entrevista e aplicação de formulário para 6 profissionais da instituição. Os dados foram interpretados por meio de análise de conteúdo (GIL, 2007). Buscou-se através do presente trabalho pontuar os impactos do rompimento dos vínculos sobre os idosos (as) institucionalizados (as), primando pela qualidade de vida dos (as) usuários (as). Os resultados da pesquisa demonstraram que as pessoas idosas institucionalizadas absorvem sentimentos ruins quando ocorre o rompimento dos vínculos com as famílias, este cenário impede o desenvolvimento saudável destas pessoas no âmbito institucional. Reitera-se ainda, apontamentos sobre alguns aspectos considerados relevantes referente ao envelhecimento, à institucionalização, o rompimento dos vínculos familiares e o entorno deste conjunto. Também sobre a manutenção dos vínculos familiares e os impactos do rompimento dos vínculos familiares que está condicionado à um processo histórico implicado de uma totalidade de fatos que levam a contradições, internas e externas tanto à família quanto à instituição.

Palavras-chave: Envelhecimento; idoso (a); Institucionalização; Família; Vínculos familiares.

ABSTRACT

This work refers to the research project results made in the development of work disciplines of Course I and II of the course of Social Service of the Federal University of Pampa campus San Borja / RS. Is about what the family removal because in institutionalized elderly, from the perception of professionals of the institution. Its general objective analyze what are the impacts of the disruption of family ties on the life of institutionalized elderly in Asylum St. Vincent de Paul. It becomes relevant considerations about these impacts on such a situation to be held later actions in this direction. The research was guided by the dialectical-critical method with a qualitative type of research, performed interview with application form for 6 professional institution. Analysis was by using content analysis. It punctuates the disruption of the impact of constraints on the institutionalized elderly, focusing on quality of life of users. The survey results showed that institutionalized elderly absorb bad feelings when there is disruption of ties with families, this setting prevents the healthy development of these people at the institutional level. Reiterate also notes on some relevant aspects related to aging, institutionalization, the breakdown of family ties and the surroundings of this set. The mantenimiento of family bonds and their impact is subject to a historical process involving a totality of facts that lead to internal and external contradictions both the family and the institution.

Keywords: Aging; old man; institutionalization; Family; family ties.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Fases da Análise de conteúdo.....	27
Quadro 2- Matricialidade Sociofamiliar no SUAS.....	34
Gráfico 1- População com idade entre quinze e sessenta e nove anos é maioria em relação aos demais segmentos.....	37
Gráfico 2- Pirâmide Etária 1991, 2000 e 2010.....	38
Figura 1- Institucionalização X Rompimento dos vínculos familiares.....	58
Figura 2- Ciclo de Sentimentos em Relação à Institucionalização.....	67
Quadro 3- Desafios e possibilidades para a manutenção dos vínculos familiares com pessoas idosas institucionalizadas.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ASVP- Asilo São Vicente de Paula

CF- Constituição Federal

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILPI- Instituição de Longa Permanência para Idosos

NOB SUAS-Norma de Operacionalização Básica do Sistema Único de Assistência Social

ONU- Organização Nacional das Nações Unidas

PNI- Política Nacional do Idoso

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	17
2.1 Método e categorias do método.....	18
2.2 Tipo de pesquisa e coleta de dados.....	23
2.3 Análise dos dados.....	26
3 FAMÍLIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO NO ENVELHECIMENTO.....	29
3.1 A centralidade da “instituição” família.....	29
3.2 Envelhecimento e relações familiares.....	36
3.3 A institucionalização de idosos (as) e a família.....	45
4 VÍNCULOS FAMILIARES E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS (as).....	56
4.1 Institucionalização versus rompimento de vínculos.....	57
4.2 Fatores e impactos do rompimento de vínculos familiares.....	63
4.3 Desafios e possibilidades de manter vínculos familiares com idosos (as) institucionalizados (as).....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICES.....	85
ANEXOS.....	88

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população mundial é uma temática que vem sendo abordada com ênfase na atualidade, por conta de seu aumento que ocorreu por fatores como a diminuição da natalidade e mortalidade populacional. E também pela melhora e evolução de programas que prestam assistência médica e social à população idosa, dentre outros fatores. Tal crescimento demasiado acarreta sem dúvidas uma série de novas demandas desta população para a sociedade e o Estado. Estas demandas perpassam pelo atendimento em saúde, pela maior necessidade de atenção e cuidado da pessoa idosa, já que esta, com a idade avançada tende a ficar mais frágil física e mentalmente.

Os estudos voltados para os (as) idosos (as) são crescentes também no Brasil, à medida que pesquisas vêm reafirmando o crescente número destas pessoas no país, pois, segundo alguns dados, o crescimento da participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000, chega a 7,4% no ano de 2010 (IBGE, 2010). Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 20,6 milhões de idosos (as). Número que representa 10,8% da população total. A expectativa é que, em 2060, o país tenha 58,4 milhões de pessoas idosas (26,7% do total).

A partir da realização do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, nos anos de 2014 e 2015 desenvolvido na Instituição de Longa Permanência para Idosos¹ (ILPI) Asilo São Vicente de Paula, no decorrer de sucessivas aproximações com os (as) idosos (as) residentes na instituição verificou-se a demanda predominante do afastamento familiar. É notório que na maioria dos casos, toda pessoa em afastamento de sua família irá sentir-se triste, mas no caso dos (as) idosos (as) asilados (as) acumula-se ainda o fator institucionalização. Ao confirmar que a instituição não realizava nenhuma ação de acompanhamento conjunto de idosos (as) e famílias, emergiu o desejo de conhecimento sobre os impactos gerados pela ausência de familiares.

Entende-se que este assunto é de foro íntimo por conta de sua fragilidade e questões que envolvem sentimentos, anseios, tristezas e até mesmo sofrimento das

¹ Para a ANVISA, ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania (CAMARANO; KANSO, 2010, p.234).

peças idosas institucionalizadas. Por isso, pautou-se pela participação de profissionais da instituição nesta pesquisa. Pois, mais do que ninguém visualizam cotidianamente as situações ocorridas com os (as) idosos (as) e certamente terão maior abertura no relato. Dentre os motivos que levaram à escolha deste tema está o desejo de respostas sobre o que o rompimento dos vínculos familiares causa nos (as) idosos (as) institucionalizados (as). Almeja-se fazer com que estas respostas sirvam de subsídios para demonstrar às famílias e instituições asilares a importância de estar junto às pessoas idosas nesta fase final de vida.

Este estudo torna-se importante para a instituição no que diz respeito ao conhecimento da mesma sobre os impactos do rompimento dos vínculos, para quem sabe posteriormente serem pensadas e desenvolvidas ações e intervenções que busquem a minimização de tais impactos. Uma vez que seja refletido sobre os fatores que têm levado ao rompimento de vínculos, profissionais poderão em equipe pensar estratégias de aproximação quando possível e seguro para o (a) idoso (a), salvo os casos em que alguns acabam sendo institucionalizados (as) por maus tratos.

Possui relevância para os (as) usuários (as) de ILPI e suas famílias, pois traz à tona o que o rompimento dos vínculos pode causar sobre as pessoas institucionalizadas. E pauta-se no que prevê o Estatuto do Idoso (2003) em seu artigo 49º quando diz que as Instituições de Longa Permanência tem como princípio a preservação dos vínculos familiares. Na perspectiva de buscar argumentos junto à instituição quanto à necessidade de desenvolvimento de ações que mantenham ou busquem a manutenção dos vínculos familiares.

O presente estudo traz como problema: Quais são os impactos do rompimento de vínculos familiares em idosos (as) institucionalizados (as)? Assim, estabeleceu-se como objetivo geral a análise de quais são os impactos do rompimento de vínculos familiares sobre a vida de idosos (as) institucionalizados (as) no Asilo São Vicente de Paula. A necessidade de aprofundamento da reflexão sobre tais impactos culminou na formulação de tais objetivos específicos: Identificar possíveis fatores que possam ter levado ao rompimento dos vínculos entre idoso (a) e família; Verificar se necessariamente a institucionalização² pode ter ocasionado o rompimento dos vínculos familiares; Identificar se há diferença de comportamento entre os (as) idosos

² O termo institucionalização pode ser empregado no sentido de se colocar ou confiar alguém aos cuidados de uma instituição especializada (FERREIRA, 1999).

(as) que mantem o vínculo familiar em detrimento aos (as) demais; Pontuar os desafios e possibilidades de manter os vínculos familiares.

Diante destes objetivos elaboraram-se as seguintes questões norteadoras do estudo: Quais os possíveis fatores que podem ter levado ao rompimento dos vínculos entre idoso (a) e família? A institucionalização pode ter ocasionado o rompimento dos vínculos familiares? Há diferença de comportamento entre os (as) idosos (as) que mantêm o vínculo familiar em detrimento aos (as) demais? Quais os desafios e possibilidades em manter os vínculos familiares?

Verificar se necessariamente a institucionalização pode ter ocasionado o rompimento dos vínculos familiares torna-se importante, pois dependendo dos motivos que acarretaram tal situação não há necessidade de afastamento total da família. O que pode afastar as pessoas não precisa estar no fator fim institucionalização, mas no histórico de vários acontecimentos sociais que levam a necessidade de institucionalização que garanta maior segurança ao (a) idoso (a). Neste sentido o estudo pode quebrar com mitos que giram em torno tanto de tal processo, visto como prejudicial e ainda quanto à ideia de que institucionalizar leve ao isolamento familiar.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é composto por quatro capítulos. No capítulo 1, apresenta-se de forma sucinta o conteúdo introdutório para que o leitor tenha noção do dimensionamento da pesquisa. No capítulo 2, trata-se da metodologia adotada no desenvolvimento do estudo, abordando o Método Dialético Crítico e suas respectivas categorias, Historicidade, Totalidade, Contradição, o tipo de pesquisa e os processos utilizados para o entendimento da coleta e análise dos dados. No capítulo 3, propõe-se breve contextualização sobre a família e a institucionalização no envelhecimento, que perpassam as discussões sobre a centralidade da família, o envelhecimento e as relações familiares e a institucionalização de idosos (as) e a família.

No capítulo 4, aborda-se a questão dos vínculos familiares e a institucionalização de idosos (as), tecendo reflexões sobre a Institucionalização versus rompimento de vínculos, os fatores e impactos do rompimento de vínculos familiares e os desafios e possibilidades de manter vínculos familiares com idosos (as). Este capítulo traz os resultados da pesquisa, e também a análise dos dados que foram adquiridos através da aplicação de formulários à cuidadores do Asilo São Vicente de

Paula, situado no município de São Borja. Por último têm-se as considerações finais e proposições.

Ressalta-se a importância do presente trabalho para ILPIs, idosos (as) institucionalizados (as), para as famílias deste segmento, assim como para profissionais que trabalhem nesta área. Torna-se importante para a reflexão acadêmica uma vez que o TCC pode se tornar instrumento de consulta para profissionais, e acadêmicos que atuam junto a idosos (as), assim como institucional para se pensar os focos urgentes de intervenção. Este estudo possui relevância pessoal, pois é requisito para conclusão do curso de Serviço Social. Representa a concretização de um sonho da pesquisadora e de toda sua família.

Entende-se que o olhar voltado para esse segmento da população torna-se necessário, no anseio de que a mesma possa chegar à velhice com saúde e com as condições melhores para seu desenvolvimento em sociedade. E quando não houver possibilidade da pessoa idosa e família ficarem juntas, quando a família lançar mão da institucionalização, mesmo assim ambas podem manter contato, visitarem-se, demonstrar afeto e atenção recíprocos.

Para a compreensão da velhice e seus desdobramentos na vida dos seres humanos ressalta-se a importância de abordagem da gerontologia social³. Sua definição consiste basicamente no estudo do processo de envelhecimento. Esta disciplina possui relevância pois, trata de um fenômeno que é comum à todas as pessoas. E que se encontra em destaque, por conta do grande contingente de pessoas que envelhecem cada vez mais no mundo todo. Deste modo, a gerontologia trabalha sobre o envelhecimento a partir de várias disciplinas e profissões, que direcionam a tal processo um enfoque multidisciplinar. E também interdisciplinar, pois tem-se a compreensão de que se faz necessária já que denota uma articulação entre os diversos conhecimentos que estão atrelados a cada profissão.

³ “A gerontologia é a ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas mais diversas dimensões, e se constitui, na prática, na ótica atual, em uma especialidade de diferentes profissões. A gerontologia é multidisciplinar, pois reúne conceitos teóricos provenientes de diferentes disciplinas, em torno do seu objeto de estudo. É interdisciplinar em função da complexidade do fenômeno da velhice que exige não apenas a união de conhecimentos existentes em diversas disciplinas, mas também a construção de um novo corpo de conhecimento científico que orienta a sua prática” (PAVARINI et. al, 2005, p.400).

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

“Em seu sentido mais geral, é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado”.
(LAKATOS, MARCONI, 1991, p.39)

Este capítulo versa sobre a metodologia utilizada na pesquisa de caráter qualitativa, realizada com cuidadores da Instituição de Longa Permanência denominada Asilo São Vicente de Paula, situada no município de São Borja no ano de 2016. A metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e prática. Para atingir tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia (DEMO, 2011). Em suma, o capítulo apresenta o caminho seguido no decorrer da pesquisa. Traz também as técnicas que foram utilizadas no desenvolvimento da pesquisa e ainda uma sucinta definição do Método Dialético Crítico e como foi desvelada a coleta de dados.

O problema de pesquisa incidiu na seguinte indagação: Quais são os impactos do rompimento de vínculos familiares em idosos (as) institucionalizados (as)? Já as questões norteadoras versaram sobre: Quais os possíveis fatores que podem ter levado ao rompimento dos vínculos entre idoso (a) e família? A institucionalização pode ter ocasionado o rompimento dos vínculos familiares? Há diferença de comportamento entre os (as) idosos (as) que mantem o vínculo familiar em detrimento aos (as) demais? Quais os desafios e possibilidades em manter os vínculos familiares dos (as) idosos (as) institucionalizados (as)?

A Importância da pesquisa, consiste em ir além do conhecimento prévio. Ela exige esmero e aprofundamento sobre o que já é conhecido. Visa quebrar com o senso comum sobre determinado assunto, neste caso a pesquisa leva a um conjunto de situações que se mostram reais, fazem aflorar o desejo pelo saber científico sobre as mesmas. Assim:

Dentro deste dimensionamento que acreditamos não bastar a percepção de fatos, a visualização de aspectos de uma determinada prática social para que essa seja apreendida na sua realidade concreta. Para conhecê-la, necessária se faz a adoção de procedimentos sistematizados, capazes de reproduzir teoricamente um conhecimento já produzido pelas experiências sociais (SETUBAL, 2009, p.54).

Para conhecer afundo tal realidade em sua concretude, se apresenta a necessidade de utilização de procedimentos, que possuam características que possibilitem a produção do tão almejado conhecimento teórico sobre o problema apresentado. Deste modo, fica clara a necessidade da adoção de uma metodologia de pesquisa.

2.1 Método e categorias do método

Optar pela pesquisa remete à busca pelo conhecimento do qual o sujeito não é possuidor. Pesquisa é a atividade científica pela qual desvenda-se a realidade. Logo, parte-se do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista. Já que, esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é mais exuberante que tais esquemas. Por isso a importância e necessidade de aprofundamento sobre o tema escolhido (DEMO, 2011).

A pesquisa geralmente gira em torno de um fenômeno que apresentou-se e logo tornou-se desconhecido. Neste caso o que se ressaltou na instituição asilar foi o afastamento familiar junto a idosos (as) institucionalizados (as). Diante disto, percebendo-se – no processo de estágio – resquícios da falta de vínculos familiares junto a usuários (as) da instituição, este estudo buscou maior aprofundamento sobre o tema. Buscou conhecer os impactos que a quebra de vínculos familiares pode gerar na vida das pessoas idosas que habitam no Asilo São Vicente de Paula. Para isto fez-se uso do Método de abordagem Dialético Crítico, que foi a concepção teórica, o caminho a seguido no estudo. Destaca-se que a dialética fornece “as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas econômicas, culturais etc.” (GIL, 2007, p.32).

Assim, o Método Dialético Crítico possibilita riqueza na maneira de interpretação da realidade posta. Fazendo-se refletir de maneira totalizante, compreendendo os fatos sociais em sua conjuntura. Como um grande círculo de acontecimentos que eclodem um fenômeno. E não percebendo-os de maneira isolada, sem o entendimento de que várias são as influências sobre determinado fato. Deste modo entende-se que as transformações são constantes na realidade. E a dialética suscita isto, o constante movimento, mudança, onde “[...] as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está

“acabada”,⁴ encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.83).

O Método Dialético Crítico possui como categorias centrais a *Totalidade*, a *Historicidade* e a *Contradição*. As categorias oferecem subsídios consistentes no ato investigativo da realidade social analisada; sendo assim, “[...] as categorias ajudam a entender o todo, cujos elementos são os constituintes da realidade” (CURY, 2002, p. 1926 apud PESSÔA, 2010, p.25). O método dialético crítico tem como uma de suas características a realização e “a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento” (TRIVIÑOS 1987, p. 51), onde para isso os fenômenos não são interpretados da forma como se apresentam, para chegar à essência do fenômeno torna-se necessário desconstruir o que está aparente ou dado de imediato. Indo deste modo além do que está visível e buscando o que ocasionou tal fenômeno.

Com isso se fez necessária a abordagem das três categorias do método, que foram citadas anteriormente. Referindo-se à categoria totalidade, trata-se de uma totalidade concreta segundo Netto (2011) a totalidade é dinâmica, seu movimento é o resultado das contradições inerentes às totalidades que compõe a totalidade inclusiva e macroscópica, ou seja, é a contradição que resulta na dinâmica da totalidade, em seu movimento. Sem os conflitos de caráter contraditório a totalidade seria inerte. Deste modo, entende-se que os acontecimentos reais é que concretizam tal categoria. “A totalidade é uma categoria concreta. É própria da constituição do real. É a essência constitutiva do real; por isso, ontológica” (PONTES, 2002, p. 70).

A totalidade não se identifica meramente com o todo: significa antes, a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos), pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p.35). No que se refere à historicidade, cabe ressaltar que para compreender os fenômenos ocorrentes em cada totalidade deve ser considerado os níveis de complexidade de cada uma delas (NETTO, 2011). A dinâmica da sociedade e seu processo de transformação só podem ser compreendidos através de seu contexto histórico. Assim:

Este movimento pressupõe a historicidade dos fenômenos sociais, reconhece a processualidade, o movimento e transformação do homem, da realidade e

⁴ Aspas do autor.

dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos (PRATES, 2003, p. 95-96).

A categoria contradição busca a compreensão das forças opostas que interagem nos fenômenos, é um ciclo de forças que se contradizem, que acaba por abrir margem para um processo de constantes transformações, a contradição possibilita uma tomada de novos posicionamentos ante a uma realidade não admitida pelos sujeitos (PESSÔA, 2010). Deste modo:

[...] Por ela, pode-se apreender o movimento e a transição dos sujeitos, dos fenômenos, dos objetos e dos processos sociais que constituem a realidade, sempre em forma de espiral. A Historicidade demonstra que o movimento e as transformações, na realidade, são processuais e contínuos. Este movimento advém da categoria de Contradição (GOERCK, 2009, p.146).

Entende-se, portanto, a contradição como superação, sendo um movimento de negação e também de criação, pelo qual o que se pretende desvelar é exatamente esse movimento dos opostos. Sendo assim, “[...] se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição” (LEFEBVRE, 1995, p. 174 apud PESSÔA, 2010, p.29). Fez-se uso dos princípios da dialética, adequando-os à análise do modo de produção capitalista, fazendo, assim, sua sistematização. Para melhor compreensão do método dialético crítico e também da sua relação direta com a realidade e o objeto de pesquisa, buscou-se fundamentação do método dialético crítico. Assim:

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tão pouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso, parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX; ENGELS, 1993, p.37).

Fica evidente aqui a ideia de que as condições concretas da realidade, denotarão as ações incididas sobre elas. Assim, parte-se da vida real para o plano das ideias. Porém cabe destacar que tal realidade precisa ser desvendada para a compreensão real de cada situação. Tratando-se de um processo, “[...] no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência

externa [...] a lei do fenômeno, por trás do movimento visível, o movimento real, interno; por trás do fenômeno a essência” (KOSIK, 1976, p. 9-10).

Em um olhar com enfoque no método dialético crítico, percebe-se que a institucionalização não pode ser vista como fato isolado, e sim pensada de forma abrangente, complexa. Supor de forma generalizada que as famílias simplesmente institucionalizam um (a) idoso (a) por não querer ele (a) por perto, trata-se de uma visão focalizada no fenômeno que aqui se configura como a institucionalização. Deve-se pensar em quais motivos levam as famílias a institucionalizar os (as) idosos (as), por que os (as) filhos (as) não estão conseguindo cuidar dos pais e/ou mães. E ainda entender o em torno da situação, o (a) idoso (a) pode simplesmente não ter familiar algum, ou estar em uma ILP por que sofre maus tratos em casa. Estes são só alguns exemplos de situações que estão em torno de pessoas idosas que vivem em instituições asilares. O que ocasionou tal institucionalização pode não ser apenas um fato e sim vários, um conjunto de situações que constituíram esta demanda de intervenção para a instituição.

Para a compreensão da categoria totalidade, torna-se necessário o conhecimento do que está em volta à institucionalização e ao rompimento dos vínculos familiares, necessita-se prestar atenção nas diversas partes que constituem esta situação, assim a institucionalização e o rompimento de vínculos não podem ser visualizados apenas a nível individual, mas num contexto de relações sociais dinâmicas que vai inclusive ao encontro do próprio sistema capitalista. Os fatos que podem suscitar determinada situação. Sendo assim:

A categoria Totalidade permite que as particularidades do estudo se manifestem, pois analisar a historicidade sem compreender a totalidade dos fenômenos que interferem na vida cotidiana dos entrevistados, não garante o esgotamento das possibilidades de intervenção e interação com os objetivos da pesquisa (PESSÔA, 2010, p.27).

Dessa forma, todos os dados obtidos devem ser interligados entre si para compreensão real do fenômeno investigado sob todos os aspectos. A partir do firmamento de “relação entre o todo e as partes, apreende-se a totalidade. A totalidade é considerada, então, não como a soma das partes, mas como um todo estruturado, dialético, no qual um fato ou parte do real pode ser compreendido” (GOERCK, 2009, p.148).

Buscou-se entre os sujeitos da pesquisa sugestões de intervenção e/ou atitudes indicadas por eles (as) envolvendo o problema de pesquisa que se propôs a conhecer quais os impactos do rompimento de vínculos familiares em pessoas idosas institucionalizadas. Destaca-se que a historicidade neste contexto de rompimento dos vínculos familiares perpassa por inúmeras situações que acarretaram o afastamento entre a pessoa idosa e sua família. No decorrer da vida de cada usuário da instituição e das demais pessoas também, todos vivem situações diferentes que perpassam desde a classe social, gênero, religião, educação, etc. Estas situações, podem acarretar diversas modificações ao longo da vida de cada pessoa, pois cada um tem um modo de pensar e agir sobre elas. Leva-se em conta então a historicidade da vivência dos sujeitos, que não está desconectada de um histórico ampliado onde idosos (as) têm sido estigmatizados (as) ora como dependentes, frágeis ora como provedores (as) de domicílios.

Assim, compreende-se que esses acontecimentos que se apresentam na vida de cada pessoa irão determinar muito sobre elas. Incidirão em suas relações sociais a todo tempo, e devem ser apreendidas como algo que não depende somente do (a) usuário (a) e sim das condições reais que mostraram-se em sua vida. Acredita-se ser essa a relação com a historicidade, fatores determinantes que incidirão sobre a vida das pessoas e que não dependerão exclusivamente delas, mas sim das condições sociais que lhes são oferecidas para seu desenvolvimento enquanto pessoa humana.

A categoria contradição pode ser visualizada junto ao objeto de estudo, quando se tem a ideia de que o (a) idoso (a) deve a qualquer custo permanecer morando junto à família. E a institucionalização é vista como algo inaceitável. Porque se pensa que a família é sempre o melhor lugar para a pessoa idosa. Porém, por diversas vezes a família não é a melhor opção para o desenvolvimento saudável da mesma, por razões como não ter um bom relacionamento, pelos familiares não terem tempo para dar ao (a) idoso (a) a devida atenção que o (a) mesmo (a) necessita, não possuírem conhecimento específico sobre como cuidar um (a) idoso (a) com determinada doença ou limitação. Deve-se também levar em conta a autonomia dos (as) envolvidos (as), quando por exemplo ambas ou uma das partes não quer ter contato com a outra. Estas questões devem ser analisadas e conhecidas, antes de qualquer ação ser tomada, por conta da subjetividade e singularidade de cada usuário (a). Enfim, os olhos e ouvidos devem estar abertos para a pessoa idosa, para a família e para a

institucionalização, sem julgamentos compreendendo o lado de cada uma. Entendendo o que é cabível, o que é necessário. Sem preceitos morais.

Percebe-se a associação ininterrupta das categorias, de modo que uma se mostra relacionada a outra, “para analisar a realidade de forma dialética, não há como separar as categorias contradição, totalidade e historicidade, pois estão mutuamente imbricadas” (PRATES, 2003, p. 203) de fato, tem-se a concepção de que cada uma não se dissocia das demais.

2.2 Tipo de pesquisa e coleta de dados

Esta pesquisa foi de cunho qualitativa, onde o (a) pesquisador (a) prima pela qualidade dos resultados e não pela quantidade. Foram levados em consideração aspectos como a particularidade e singularidade de cada sujeito (a).

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos - estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais - que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos (DENZIN, 2006, p.17).

O (a) entrevistador (a) carrega consigo inúmeros deveres e responsabilidades, diante disto, algo que é inerente no processo da pesquisa é o respeito entre ambas às partes. Sendo assim, a pesquisa qualitativa usa o texto como núcleo central (em vez de números), parte da noção de construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos (as) participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo (FLICK, 2009). A pesquisa além de qualitativa foi classificada como exploratória, que segundo Gil (2002, p. 41):

Têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Assim, o caráter de exploratória da pesquisa possibilitou a pesquisadora em questão maior proximidade com o objeto pesquisado. E também flexibilidade no que

se refere a vários aspectos referentes ao tema abordado. A pesquisa qualitativa não preocupa-se com quantidades numéricas, e sim com a qualidade como o próprio nome diz:

Na verdade essa pesquisa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito (MARTINELLI, 1999, p.210).

Para a coleta dos dados foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada que combina perguntas abertas e fechadas, pois houve necessidade de “[...] respostas mais profundas para que os resultados da pesquisa sejam realmente atingidos de forma fidedigna. E só os sujeitos selecionados e conhecedores do tema em questão serão capazes de emitir opiniões [...]” (ROSA, 2008, p.16). No desenvolvimento da referida entrevista basicamente o pesquisador segue um roteiro, porém deixa aberta a possibilidade de adesão à fatos que possam apresentar-se no decorrer da entrevista. Como por exemplo, algo que não foi questionado e surgiu espontaneamente na fala do (a) entrevistado (a). Para Triviños (1987, p. 146), entrevista semiestruturada é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. [...] essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semiestruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. Elas são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.

Conforme Lewgoy e Silveira (2007) a entrevista possui três etapas fundamentais, são elas, o **planejamento**⁵, que consiste na organização prévia, anteriormente à realização da entrevista, agindo com intencionalidade, primando pela real finalidade da entrevista, realizando um conjunto de ações que possibilitem o desenvolvimento da entrevista de forma coesa. Que dizem respeito ao desenvolvimento saudável da entrevista, ao que será questionado, o que se deseja realmente saber. E ainda considera-se que a ação do (a) entrevistador (a) esteja

⁵ Grifo nosso

sustentada pelos eixos teórico, técnico e ético-político. Neste momento devem ser pensadas questões como o espaço físico para a realização da entrevista, agendamento de horários e disponibilidade das partes.

A segunda etapa **execução**, refere-se ao desenvolvimento propriamente dito da entrevista. A coleta de dados requer habilidades do (a) entrevistador (a) na identificação e na seleção das informações colhidas, para que posteriormente os objetivos possam ser respondidos, com o que de fato se almejava saber. O (a) entrevistado (a) precisa estar seguro (a) sobre a apreensão do conteúdo que lhe é falado, tanto pela linguagem verbal como pela não-verbal, para deste modo compreender a realidade que se apresenta através dos sentimentos, dos desejos e das necessidades sociais.

E por último, mas não menos importante, se dá a terceira etapa da entrevista, o **registro**. Que incide na sistematização do conteúdo adquirido no decorrer da entrevista. Destaca-se que a análise realizada sobre o material deve ser baseada em referenciais teóricos, não se deve utilizar uma crítica vazia, baseada no senso comum. A riqueza do registro possibilitará à produção de novos conhecimentos encima de tal material.

A amostra foi de tipo intencional⁶ isto é, quando o (a) pesquisador (a) escolhe os (as) sujeitos (as) que se adequam ao tema pesquisado, pois somente os (as) profissionais do Lar São Vicente de Paula que atuam junto aos (as) idosos (as) foram convidados (as) a participar do Estudo. A pesquisa foi realizada com cuidadores do asilo com o intuito de primar pela saúde emocional dos (as) idosos (as), pois fazer-lhes perguntas de foro íntimo, que tratam de suas relações e vínculos familiares poderiam trazer-lhes desconforto e talvez entristecimento.

Enquanto caráter de exclusão não puderam participar do estudo, profissionais que estavam a menos de um ano na instituição – para que já tivesse ocorrido tempo de experiência que permitisse ter observado questões de vínculos – e profissionais com deficiência auditiva, uma vez que não há interprete de sinais disponíveis. Após apresentação do projeto em reunião de equipe foram convidadas seis⁷ profissionais

⁶ “O tipo mais comum de amostra não probabilista é a denominada intencional. Nesta, o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela. Seria, por exemplo, o caso de se desejar saber como pensam os líderes de opinião de determinada comunidade” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.52).

⁷ Atualmente o Asilo São Vicente de Paula possui cerca de onze cuidadoras de idosos. Cabe destacar que para a pesquisa qualitativa, a mostra escolhida é considerada relevante, pois tal pesquisa preocupa-se com a qualidade dos dados obtidos.

para participarem do estudo voluntariamente. Importante destacar que cuidados éticos foram adotados em todo o desenvolvimento do estudo. O projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal do Pampa sob o parecer de número 1.182.812 (Anexo A). As entrevistas foram realizadas na instituição previamente agendadas com aplicação de formulário⁸ (Anexo B) com perguntas abertas. Para preservação da identidade dos (as) sujeitos (as), os (as) participantes foram identificados (as) no corpo do texto pelas letras do alfabeto. Apresentou-se aos (as) mesmos (as), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), todos os aspectos citados no mesmo, foram lidos e explicitados aos partícipes da pesquisa.

O retorno dos dados foi enviado por meio de relatório de pesquisa assim como os (as) profissionais foram convidados (as) a participar da banca final de apresentação do TCC. Enquanto risco os (as) profissionais puderam sentir desconforto ao responderem as perguntas, por sentirem-se avaliando sua prática profissional ou ainda considerarem que não teriam condições de responder as questões, neste caso, ressaltou-se a possibilidade de passar para outra pergunta ou desistir de participar do estudo. Salientou-se o cuidado em relação ao sigilo das informações cedidas pelos (as) profissionais.

Enquanto benefício aos sujeitos compreende-se que foram geradas reflexões sobre a importância da manutenção do vínculo familiar com os (as) idosos (as) (quando isto não oferecer riscos à ambas as partes). Pôde também culminar no pensar sobre projetos e programas institucionais que possam buscar esses vínculos assim como melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas asiladas.

2.3 Análise dos dados

Optou-se pela análise de conteúdo enquanto principal técnica que vai ao encontro da análise qualitativa. Esse tipo de análise possibilita como “suporte instrumental qualquer tipo de mensagem, formas de expressão dos sujeitos sociais, e, como produto, um conhecimento não linear, por conseguinte não espasmódico, já

⁸O formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado. [...] o que caracteriza o formulário é o contato face a face entre pesquisador e informante e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 112).

que sua derivação se dá pela observação social do objeto de estudo” (MARTINELLI, 1999, p.59). Segundo Bardin (1977, p. 40):

[...] a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

A análise da realidade pesquisada, por meio da análise de conteúdo, tem como objetivo maior encontrar respostas para o problema de pesquisa e atingir os objetivos propostos pela pesquisa. Dentre os autores que utilizam a análise de conteúdo optou-se por Gil (2007), que divide a análise dos dados em três fases:

Quadro 1- Fases da análise de conteúdo

A) PRÉ-ANÁLISE	B) EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	C) TRATAMENTO DOS DADOS, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO
A pré-análise é a fase de organização. Inicia-se geralmente com os primeiros contatos com os documentos (leitura flutuante). A seguir, procede-se à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação de todo o material para análise.	A exploração do material constitui, geralmente uma fase longa e fastidiosa que tem como objetivo administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. Refere-se fundamentalmente às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria).	Tratamento dos dados, inferência e interpretação: O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos.

Fonte: Gil (2007).

À medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa (GIL, 2007, p.165). Destaca-se que “todas estas técnicas e métodos de coleta e análise de dados exigem o que não ocorre na pesquisa quantitativa: atenção especial ao informante, ao mesmo observador e às anotações de campo” (TRIVIÑOS, 2006, p.138). Ressalta-se ainda que foi observado na realização das entrevistas até mesmo os gestos dos (as) participantes. Tais como silêncios, características de

nervosismo aparente, etc. Traços que por vezes não foram falados, porém foram percebidos.

3 FAMÍLIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO NO ENVELHECIMENTO

O sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconhecemo-nos neles.
(BEAUVOIR, 1990, p.12).

O presente capítulo versa sobre o papel central que a família exerce sobre seus membros, assim como seus desdobramentos e arranjos no século XXI. Disserta ainda sobre o envelhecimento de forma geral, apresentando sucintamente o cenário (demográfico) mundial e brasileiro sobre tal processo e as relações familiares. São tecidas considerações ainda quanto à diferença de velhice e envelhecimento, o processo de institucionalização de pessoas idosas e as relações que se estabelecem com a família, assim como as situações que acabam levando a família optar pela institucionalização de um (a) idoso (a).

3.1 A centralidade da “instituição” família

A família sem dúvidas é uma das instituições⁹ mais antigas de que se tem conhecimento, o significado da palavra “proveniente do latim “familus”, que significa “servidor”, evoluiu de acordo com culturas, tradição, contexto político, social e econômico” (CANIÇO; BAIRRADA; RODRÍGUEZ et. al, 2010, p.13). Acredita-se que a família possui grande importância para as pessoas, pois esta é o primeiro grupo social que as mesmas participam em sua vida.

Cabe a ressalva de que a família “[...] tem sido reconhecida como a célula fundamental da organização social, aquela que tem inclusive fundado as demais instituições criadas pelo homem e, sem dúvida, que tem caminhado de mãos dadas com a história da humanidade” (AREOSA; BULLA, 2010, p.111). Diante disto e para a reflexão sobre os impactos do rompimento dos vínculos familiares em idosos (as) institucionalizados (as) entende-se como necessária a discussão sobre família, com destaque para como a mesma foi se transformando no processo histórico. As

⁹ As instituições se representam como conjunto articulado de saberes (normas, valores, ideologias) e práticas internalizadas na consciência comum de alguns agentes sociais e que são produzidos a partir das relações que se estabelecem entre os homens na produção da existência material (SOUSA, 1982 p.44).

concepções de família ao longo da história são diversas. Deste modo, tem-se o entendimento de que:

Os estágios importantes na história da família tiveram lugar muito antes de se fazerem registros escritos, cabendo destacar que a mudança fundamental ocorrida com a família se deu no início do período e/ou estágio da civilização, em que a família passa a se organizar sob a forma matriarcal, desconhecendo o papel do pai na reprodução (PEDERSEN, 2009, p.106).

Este tipo de família é o que primeiro se teve conhecimento, nele o papel de pai não era reconhecido. Ariès (2012) a partir de análise em pinturas e calendários dos séculos passados teceu uma análise sobre como a família era vista nos determinados períodos. “A análise iconográfica leva-nos a concluir que o sentimento de família era desconhecido da Idade Média e nasceu nos séculos XV e XVI, para se exprimir com vigor definitivo no século XVII” (ÁRIÈS, 2012, p.143). Assim, entende-se que as concepções sobre família não existiam até o século XVII ou se manifestavam de distintas formas em um processo dialético de sentimentos e enfoques.

É fato que na Idade Média por exemplo, a família era ligada apenas pela linhagem, apenas pelos laços sanguíneos. Esta, não considerava a família como considera-se hoje, pelo afeto e pela habitação conjunta. Logo, compreende-se que o entendimento de família que se obtinha nesta época é diferente do que se tem na contemporaneidade. Assim:

Poder-se-ia dizer que o sentimento de linhagem era o único sentimento de caráter familiar conhecido na Idade Média [...] Estende-se aos laços de sangue, sem levar em conta os valores nascidos na coabitação e na intimidade. A linhagem nunca se reúne em um espaço comum, em torno do mesmo pátio. Ao contrário o sentimento de família está ligado à casa, ao governo da casa e à vida na casa. Seu encanto não foi conhecido durante a Idade Média por que esse período possuía uma concepção particular da família: a linhagem (ARIÈS, 2012, p.145).

Na Idade Média, por conta da linhagem, as famílias preocupavam-se demasiadamente apenas com o filho primogênito, posteriormente (no séc. XVII) começaram a preocupar-se com todos seus membros, no que se refere a proporcionar-lhes uma preparação para a vida a partir da educação. O cuidado direcionado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, e uma afetividade também nova, a moral da época então lhes impunha proporcionar agora a todos os filhos, uma preparação para a vida. A criança saiu da sociedade dos adultos – pois

em determinados períodos históricos foram considerados mini adultos, as crianças, após os sete anos, já podiam adentrar o mundo dos adultos –, e adentrou na escola que desenvolvia um regime extremamente severo de caráter disciplinar. No momento em que a família começou a se estabelecer referindo-se ao papel da criança e começou a desenvolver o caráter de vida privada em seu entorno, referindo-se a sociedade, logo os membros da família começam de forma mais intensa, se unirem pelo sentimento (ARIÈS, 2012).

Já no modelo de família chamada patriarcal¹⁰ que teve sua origem no século XVIII, na mesma casa “viviam velhos, jovens, crianças; as gerações passavam o facho cultural de uma para outra, e o velho patriarca coordenava a estrutura familiar até o fim, sendo substituído pelo filho primogênito” (LAFIN, 2009, p.19). Destaca-se que o pai assumia o “comando do grupo, e as relações sociais eram garantidas pelo princípio da autoridade. A família supria as necessidades básicas do grupo e, com essa condição, preservava a subordinação e obediência dos filhos” (HERÉDIA, 2006, p.114).

Algumas das características mais marcantes deste modelo de família¹¹ consistem no fato de os membros do grupo familiar coabitarem, isto criava uma relação de dependência em torno do grupo. Os (as) filhos (as) precisavam permanecer no seio familiar por que não tinham como prover seu próprio sustento, assim ficavam dependentes do pai. Outro aspecto deste tipo familiar era o alto número de filhos(as). Destaca-se que a estrutura da família patriarcal começou a entrar em crise simultaneamente com a crise da sociedade agrária (a partir da segunda metade do século XIX). Neste cenário a população rural começou a migrar para as cidades, em busca de melhores oportunidades. A sociedade urbana foi crescendo em torno da industrialização no país, foram se apresentando novas formas de emprego e subordinação das classes menos abastadas. Neste contexto a formação escolar passou cada vez mais ser exigida para a atuação nas indústrias e crescimento

¹⁰ Este estudo não vai se deter historicamente a tratar das chamadas famílias matriarcais, porém destaca-se que há estudos que apontam que originalmente, as famílias organizavam-se sob a forma matriarcal, consequência da vida nômade dos povos primitivos. Nessa época, os homens ainda desconheciam as técnicas do cultivo da terra, e precisavam sair em busca de alimento. As mulheres permaneciam com a prole, que crescia praticamente sob a influência exclusiva da genitora. <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABXwgAL/contextualizando-familia>. Acessado 23/05/2016.

¹¹ “Denominamos família patriarcal, genericamente, a família na qual os papéis do homem e da mulher e as fronteiras entre o público e o privado são rigidamente definidos; o amor e o sexo são vividos em instâncias separadas, podendo ser tolerado o adultério por parte do homem e a atribuição de chefe da família é tida como exclusivamente do homem” (GUEIROS, 2002, p. 107).

profissional. Com o avanço da escolaridade, a mentalidade das pessoas também passa a movimentar-se. Deste modo surgiram os questionamentos sobre o modo de funcionamento da família patriarcal. Os (as) jovens começaram a decidir sobre suas vidas, no que trabalhariam, com quem casariam etc. Assim, tal modelo familiar foi substituído pela família nuclear, menor e com relações mais maleáveis do que a anterior (HERÉDIA, 2006). A família nuclear é aquela constituída pelo casal heterossexual, que foi unido pelo casamento e que cria seus filhos biológicos. Atualmente tem-se um modelo hegemônico de família, este é compreendido como sendo tradicional, constituído por pai, mãe e filhos biológicos – prova disso é o recente Estatuto da Família (2016) que reforça a estrutura de família tradicional –. Porém, destaca-se que este não é o único modelo de família, visto que convivemos com uma diversidade de ramificações.

Esses pequenos apontamentos afirmam a assertiva de que a família sofreu inúmeras transformações processuais ao longo da história. Destaca-se para o presente TCC que nos últimos dois séculos foram inúmeras as mudanças que a sociedade sofreu em sua estrutura. Tais mudanças estão relacionadas à Revolução Industrial, Revolução Francesa, Revolução Urbana e Revolução Tecnológica¹², estas modificações afetaram o mundo do trabalho e concomitantemente a família (HERÉDIA, 2006). Neste cenário percebe-se o quanto o trabalho tem reflexo sobre a vida social e conseqüentemente na dinâmica familiar. “No Brasil, as mudanças socioculturais que ocorreram no decorrer do século XX mostraram que a família foi uma das instituições mais atingidas” (HERÉDIA, 2006, p.109). Dentre as mudanças ocorridas em tal século, podem-se constatar:

O aumento do divórcio, o controle da natalidade e, conseqüentemente, a redução do número de membros da família, o uso da pílula, a emancipação feminina, o aumento do individualismo, a postura liberal dos jovens frente aos valores humanos foram conseqüências dessas mudanças (HERÉDIA, 2006, p.110).

São diversas as mudanças ocorridas na conjuntura familiar no decorrer da história. Porém chama-se a atenção para as modificações sofridas por este grupo social a partir do século passado. “Estudar a família é penetrar num contexto social caracterizado por organizações diferentes, nas quais o modelo de sociedade

¹² A autora não destacou a época de cada revolução à que estava se referindo.

burguesa, representada pelo padrão de família nuclear (pai, mãe e filhos), embora predominante não é único” (ALCÂNTARA, 2004, p.23).

Compreende-se que apesar do modelo tradicional posto pela sociedade burguesa, este não é o único tipo de família existente. Existem ainda, as famílias que resultam de uniões homo afetivas, onde se tem duas mães ou dois pais. As famílias em que os (as) netos (as) são criados (as) por parentes, pelos avós, tios, etc. A família não precisa necessariamente ser composta por pessoas que tenham laços sanguíneos. Para caracterizar-se como uma família entende-se que a maior necessidade é o afeto recíproco. Assim a família pode ser compreendida “como sendo espaço primário onde tudo tem sua origem, além de ser a instituição decisiva para a construção e a identificação dos sujeitos. Constituída de vários membros, que ocupam e desempenham diferentes papéis” (HERÉDIA; CORTELLETTI; CASARA, 2004, p.68). Ressalta-se que a família é uma construção social voltada para o mercado.

Elucida-se a definição de família segundo o IBGE (2010, s/n) que consiste em um “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. É a partir da constituição de uma família que se perpetuam os primeiros valores e ensinamentos, que provavelmente serão levados para a vida, novas famílias e sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) reconhece a existência de três espécies de família: a natural, a extensa e a substituta. A **família natural**¹³ é entendida como a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. A **família extensa** é aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. A **família substituta** seria o reduto para a qual a criança ou adolescente deve ser encaminhado de maneira excepcional, por meio de qualquer das três modalidades possíveis, que são: guarda, tutela e adoção (BRASIL, 1990).

As relações que se estabelecem em torno da família são tão significativas que na legislação atual encontramos, por exemplo, na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) a elucidação da importância do mantimento e fortalecimento dos vínculos familiares, esta indica ainda, que serviços

¹³ Grifo nosso.

públicos devem ser ofertados para a população primando por tais vínculos. Percebe-se a afirmação da centralidade da família nas relações sociais quando diz que:

A primazia da atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter preventivo de proteção social de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida atentem para a concretização de direitos humanos e sociais (BRASIL, 2005, p.16).

Quanto aos níveis de proteção da política de assistência social fica claro que a “proteção social¹⁴ de assistência social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem como um de seus princípios a matricialidade sociofamiliar (BRASIL, 2005, p.17). Para dar visibilidade a importância desse princípio o quadro abaixo elucida as indicações da NOB SUAS para definição de tal princípio para a proteção social de assistência social:

Quadro 2 – Matricialidade Sociofamiliar no SUAS¹⁵

Concepção	Ações
<ul style="list-style-type: none"> • A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; • Defesa do direito à convivência familiar na proteção de assistência social supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero; 	<ul style="list-style-type: none"> • A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência; • O fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social na própria família não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade.

Fonte: BRASIL, 2005, p.17.

¹⁴ A proteção social de assistência social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (BRASIL, 2005, p.16).

¹⁵ O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira (BRASIL, 2005, p.13)

É notório que as legislações e debates devem buscar ao se falar em família, “considerar as mudanças que ocorrem na sociedade, como estão se construindo as novas relações humanas e, mais, como as pessoas estão cuidando de suas vidas familiares” (AREOSA; BULLA, 2010, p.112). Na atualidade a própria visão sobre o casamento começou a ser repensada, e este já não é mais uma obrigatoriedade para selar a união entre duas pessoas. O contrato de união estável também é uma maneira de reconhecer a união. Essas transformações são reconhecidas pelas legislações, pois:

A Constituição Federal de 1988 reconhece a crise da hegemonia da família nuclear e revoga o que estabelecia a Constituição de 1969 com relação ao caráter indissolúvel do casamento. Hoje o casamento deixa de ser o fator principal que caracteriza a família. Diante do aumento das uniões livres, é considerada como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, independentemente da existência do casamento civil ou religioso (ALCÂNTARA, 2004, p. 24).

Entende-se que na conjuntura atual, o casamento não define o nascimento de uma família. Tem-se o entendimento de que esta é definida, pela divisão da mesma casa por pessoas que desejam estar próximas. Com a flexibilidade nos relacionamentos familiares, o casamento não é mais indissolúvel e as separações ocorrem com maior facilidade, do que anteriormente. Quando a maioria das pessoas casavam-se e passavam o resto da vida juntos, pois como apontado anteriormente, a mulher não possuía independência financeira até adentrar no mercado de trabalho, somando-se a isto o fato de a separação ser mal vista pela sociedade em questão. Padrões que foram derrubados, e conseqüentemente denotam no desenvolvimento das relações atuais.

Observa-se que os registros de divórcios no Brasil cresceram. Hoje, quase 140 mil casamentos são cancelados por ano no país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Em 2006, o número não chegava a 80 mil. Com a sociedade cada vez mais dinâmica, as relações dos casais estão menos atreladas à dependência econômica de um dos cônjuges. Isso é reflexo, principalmente, do novo posicionamento do segmento feminino, que conquistou avanços em relação ao modo como se estabelecia anteriormente, no que refere-se à família, ao mercado de trabalho, aos relacionamentos sociais. Hoje, mesmo que de forma parcial – é fato que ainda tem os menores salários assim como sofrem preconceito em determinados ramos de atuação –, muitas mulheres possuem

independência financeira. Neste sentido a maioria das mulheres não fica ao dispor do homem como ficava anteriormente, tolerando uma relação que não era mais benéfica.

Para além das ramificações legais do chamado casamento, são crescentes as formas de amar ou de se constituírem ramificações familiares. Vive-se em uma era onde fala-se de poliamor¹⁶, casamentos a distância, guarda de filhos compartilhada, filhos que lideram famílias, relações familiares mecânicas em detrimento de laços afetivos, um único indivíduo que se preenche enquanto família, enfim o tema família não se esgota é dinâmico e próprio de cada ser conforme determinantes históricos e portanto também conjunturais.

3.2 Envelhecimento e relações familiares

Envelhecer é algo natural de todo ser vivo, a todo momento se está envelhecendo. O envelhecimento populacional é uma questão que está expressa no mundo todo, assim é uma realidade atual posta nos diferentes países. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera o período entre 1975 a 2025 a “Era do Envelhecimento”, na qual haverá um crescimento de 54% da população idosa nos países desenvolvidos, enquanto nos países em desenvolvimento este número alcançará 123%. Destaca-se ainda a seguinte consideração:

[...] a população “muito idosa”¹⁷, ou seja a de 80 anos e mais no total da população brasileira, também estão aumentando, e em ritmo bastante acelerado. Esse tem sido o segmento populacional que mais cresce, embora ainda apresente um contingente pequeno. De 166 mil pessoas em 1940, o contingente “mais idoso” passou para quase 1,8 milhão em 2000. Representava 12,8 % da população idosa em 2000 e 1,1% da população total (CAMARANO, 2006, p.90).

A partir do gráfico seguinte, pode-se concluir que as pessoas com idade entre quinze e sessenta e nove anos são maioria em relação aos demais segmentos (de 0 à 14 e de 70 anos ou mais). Deste modo, confirma-se o que diversos estudos vêm apontando quanto ao aumento constante da população idosa¹⁸ brasileira, ou seja, tem

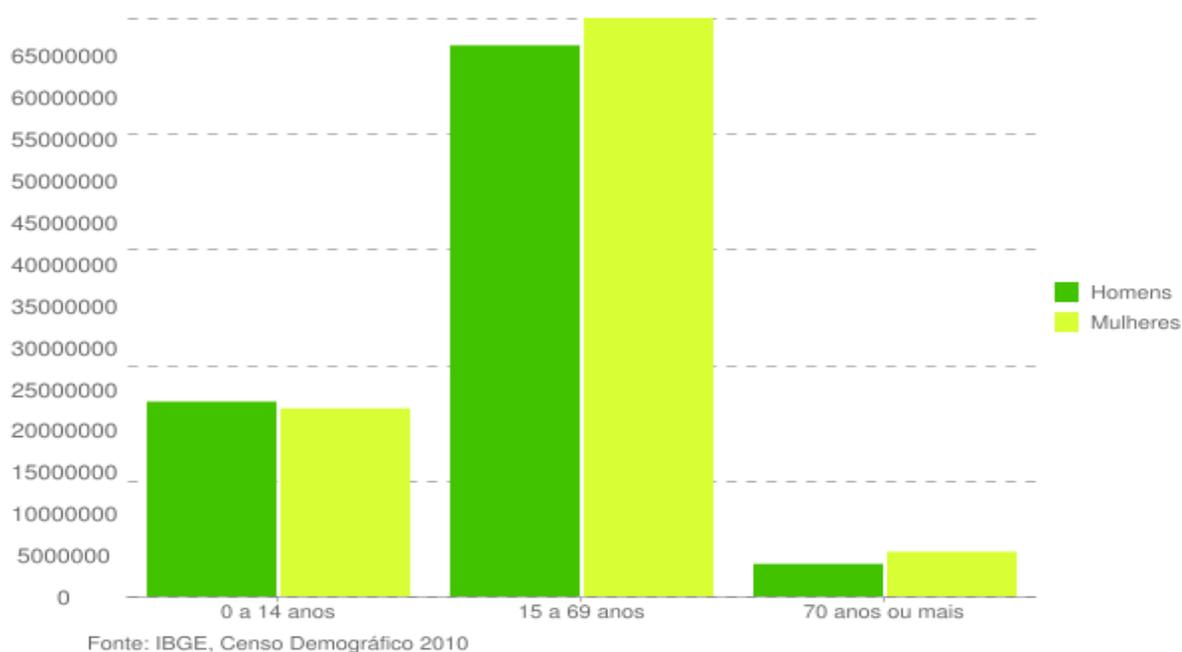
¹⁶ O termo Poliamor é uma combinação do grego [poli (vários ou muitos)] e do latim (amor). Poliamor é um nome dado à possibilidade de se estabelecer mais de uma relação amorosa ao mesmo tempo com a concordância de todos os envolvidos. (PILÃO, GOLDEMBERG, 2012, p.63)

¹⁷ Grifo do autor.

¹⁸ A lei 8.842 de 1994 dispõe sobre a política nacional do idoso, esta considera como sendo idoso a pessoa com sessenta anos ou mais de idade (BRASIL, 1994).

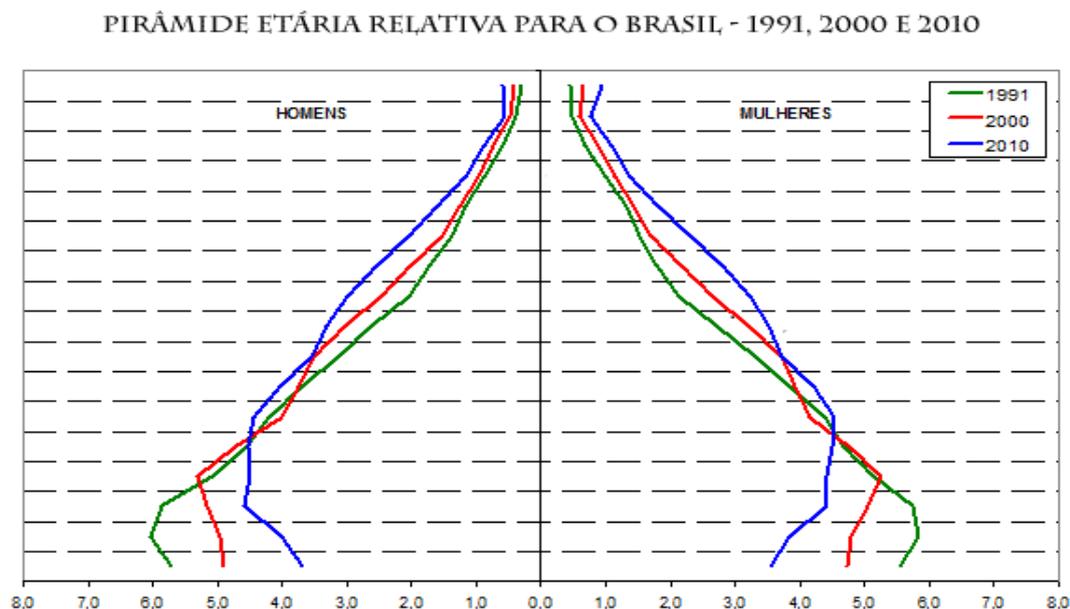
ocorrido diminuição dos nascimentos e aumento da longevidade. Estes dados apontam a urgência de um olhar voltado para a população idosa, que antes não era uma demanda (em números) tão explícita para a sociedade e órgãos responsáveis, como o é hoje.

Gráfico 1– População com idade entre quinze e sessenta e nove anos é maioria em relação aos demais segmentos:



No gráfico seguinte pode-se perceber mudança na antiga pirâmide da população brasileira, pois vem ocorrendo estreitamento considerável na cor azul que representa as pessoas que nasceram em 2010, relacionando-a aos demais anos 2000 e 1991. Deste modo mantém-se a afirmativa de que a fecundidade diminuiu de maneira considerável, em comparação com décadas anteriores. A partir das expectativas, acredita-se que estas taxas tendem a diminuir ainda mais, considerando que muitas pessoas hoje optam por não ter filhos. A diminuição da natalidade está ligado ao fato da população ter mais cuidado, fazendo uso de métodos contraceptivos, assim controlando o número de filhos, o que antigamente não acontecia. Por isso, dentre outros fatores, as famílias eram tão numerosas. Ressalta-se aqui que aquelas crianças que constituíam estas famílias numerosas, são hoje o grande contingente que tem-se de pessoas idosas.

Gráfico 2- Pirâmide Etária- 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE senso demográfico 2010.

A partir das leituras realizadas para elaboração do trabalho, pode-se afirmar que a população idosa é predominantemente feminina. Percebe-se que as mulheres são mais cuidadosas com sua saúde, vão mais ao médico, “[...] se envolvem menos com fatores de risco, como drogadição, brigas, entre outros, do que a maioria dos homens. As mulheres vivem em média sete anos a mais do que os homens” (GOERCK, 2007, p.77).

Além de aspectos demográficos saltarem aos olhos, elucida-se o fato de que “a longevidade tornou-se uma questão social de grande relevância no mundo globalizado, não se restringindo aos aspectos demográficos. Sua complexidade vislumbra intensas mudanças sociais e econômicas que afetam nosso modo de vida” (GUILAMELON, 2007, p.16). A longevidade vem sendo atribuída ao uso de novos medicamentos, assim como avanço da medicina, sensibilização da população quanto ao cuidado com a saúde e acesso a direitos possibilitados tardiamente a população brasileira.

Para a compreensão e diferenciação dos termos envelhecimento e velhice primeiramente elucida-se a caracterização sobre o envelhecimento realizada por Velasquez (et al. 1989 apud Heck e Langdon 2002, p.129) quando refere-se que “O processo de envelhecimento apresenta variações que são constituídas socialmente nos diferentes grupos sociais de acordo com a visão de mundo compartilhada em

práticas, crenças e valores”. A partir disto compreende-se o envelhecimento como um processo, que leva em consideração aspectos culturais, sociais, psicológicos, etc. e um processo gradual, dialético em torno de um segmento, no caso a população idosa.

O padrão de envelhecimento primário ou normal diz respeito às mudanças que são intrínsecas ao processo de envelhecimento, são irreversíveis, progressivas e universais, porém não patológicas. Algumas das modificações ocorridas em função do envelhecimento podem ser: “o embranquecimento dos cabelos, o aparecimento de rugas, as perdas em massa óssea e muscular, o declínio em equilíbrio, força e rapidez e as perdas cognitivas” (NERI; CACHIONE, 1999, p.119) pode-se afirmar porém, que o envelhecimento é heterogêneo, pois:

[...] o envelhecimento deixa de ser apenas uma fase biológica, passando a ter diferentes construções de acordo com as relações de poder, as expectativas dos papéis sociais das pessoas no grupo, as relações de gênero e os conflitos que fazem parte da vida, podendo encaminhar situações de readaptação, invenção de valores e/ou exclusão (HECK; LANGDON, 2002, p.129).

Deste modo pode-se compreender o envelhecimento como um processo, um caminho a ser seguido, já que toda a pessoa humana envelhece. O envelhecimento caracteriza-se por diversos aspectos que estão intrínsecos na vida de cada pessoa. E pode estar relacionado ao modo como se estabelecem as relações dos sujeitos. Já a discussão sobre velhice provém de características quantitativas, que se referem basicamente à idade em que a pessoa idosa se encontra, aludem à determinada fase da vida. Assim a velhice é usualmente entendida “como um período de ajustamento às mudanças fisiológicas provocadas pela força física cada vez menor, às transformações físicas no corpo, à incapacidade de procriação, à morte do cônjuge, ao abandono do lar pelos filhos” (ALVES, 2002, p.153). Destaca-se que para Neri e Cachione (1999, p.119) a:

[...] velhice normal¹⁹ seria caracterizada pelas perdas e alterações biológicas, psicológicas e sociais típicas da velhice, mas sem patologias; a *velhice ótima*, compatível com um funcionamento comparável ao de indivíduos mais jovens; e a velhice patológica, coincide com a presença de síndromes típicas da velhice ou o agravamento de doenças preexistentes.

¹⁹ Grifo do autor

A velhice neste trabalho é compreendida como uma fase da vida, onde por conta de idade biológica avançada o ser humano desenvolve alterações biopsicossociais que podem afetar suas relações com o meio em que habita. Em decorrência do envelhecimento da população, a tarefa de cuidar do familiar idoso cada vez mais recai sobre a família. Este cenário vêm ocasionando algumas modificações nos sistemas familiares, que agora deparam-se com o evento de ter uma pessoa idosa em casa (BULLA; ARGIMON, 2009).

Geralmente os conflitos entre idoso (a) e família começam a emergir em decorrência do envelhecimento e seus aspectos biopsicossociais²⁰. Estes aspectos dizem respeito a fatores biológicos, que podem ser representados pelas mudanças físicas, psicológicos, que são as alterações psíquicas no indivíduo e ainda sociais, que referem-se a maneira como se desenvolvem as relações sociais do mesmo. Destes aspectos talvez um dos mais difíceis de lidar sejam as doenças que podem tornar o relacionamento extremamente complicado. Pelo fato de poder afetar a coordenação motora, a percepção, e o sistema cognitivo, ou seja, a autonomia do cuidado de seu próprio corpo.

As questões biopsicossociais que afetam o envelhecimento e repercutem nas relações do indivíduo com seu meio, respingam também na família. Percebe-se que as famílias em diversos momentos podem sentir-se despreparadas ao se depararem com este tipo de situação. Logo, entende-se que se faz necessária a intervenção dos órgãos competentes, desenvolvendo ações que tornem preparadas as famílias no trato do envelhecer uma vez que os idosos que sofrem mudanças consideráveis nesta fase de vida. Assim:

Torna-se necessária a implementação de políticas sociais, com base em estudos multidimensionais sobre o envelhecimento humano, objetivando a manutenção e a promoção da saúde, da autonomia, do bem-estar e das relações sociais das pessoas ao longo de sua vida (BULLA, ARGIMON, 2009, p.34).

O domínio sobre esta temática dá embasamento para a proposição de políticas sociais efetivas, que atinjam de fato este segmento da população (pessoas idosas e

²⁰ Envelhecer pressupõe alterações físicas, psicológicas e sociais no indivíduo. Tais alterações são naturais e gradativas. É importante salientar que essas transformações são gerais, podendo se verificar em idade mais precoce ou mais avançada e em maior ou menor grau, de acordo com as características genéticas de cada indivíduo e, principalmente, com o modo de vida de cada um (ZIMERMAN, 2000, p.21).

famílias). Promovendo assim a saúde em sua plenitude, e conseqüentemente os demais aspectos que estão intrínsecos a ela. Deste modo reafirma-se quão importante é o conhecimento e constante estudo sobre o envelhecimento humano. Já que este fenômeno afeta todas as pessoas no decorrer de suas vidas. Dados apresentados no corpo deste trabalho e em diversos estudos sobre o envelhecimento humano apontam o envelhecimento populacional brasileiro como uma realidade que se apresenta concreta e crescente. Esse contexto suscita que medidas do governo, assistência social e saúde sejam estabelecidas “para propiciar a manutenção da família enquanto unidade essencial provedora de cuidados ao idoso seja ele autônomo e independente ou com pequenas fragilidades e dependente” (MAZZA; LEFÈVRE, 2005, p.8).

Quando propõe-se estudar a questão do envelhecimento tem-se o entendimento de que torna-se importante a discussão sobre as relações familiares, pois “ao estudarmos o envelhecimento, a abordagem familiar é de fundamental importância para compreender como o fenômeno acontece e influencia este grupo específico” (MAZZA; LEFÈVRE, 2005, p.2). As relações familiares são constituídas ao longo da vida das pessoas. Porém o desenvolvimento dessas relações depende de uma série de fatores que não exclusivamente das pessoas envolvidas. “A situação familiar de pessoas nessa fase da vida reflete o efeito acumulado de eventos socioeconômico-demográficos e de saúde, ocorridos em etapas anteriores do ciclo vital” (NERI; DEBERT, 1999, p.36).

Questões que ocorreram no decorrer da vida e relacionamento das pessoas irão sem dúvidas inferir em suas relações durante a velhice. Assim, as relações familiares podem ser favoráveis a um relacionamento saudável entre família e idoso (a), ou não. Destaca-se que as separações cada vez mais constantes, consecutivamente novos casamentos, agregam maior complexidade à estrutura familiar. Pois, nesse contexto novas famílias surgem a todo momento, assim:

Se o fracasso do primeiro casamento for seguido de uma nova união, e se desta nascerem filhos, ou se os filhos de dois ou mais casamentos passarem a morar na mesma casa, a estrutura familiar torna-se mais complexa, e novos laços afetivos podem se formar, assim como novas rupturas podem abalar as relações familiares. É provável que, mais tarde, esta alteração reflita na identificação do cuidador e da organização dos cuidados aos idosos residentes na casa (KARSCH, 2003, p.864).

A flexibilidade nas relações familiares, respinga logicamente na família. Comportando novos modelos de família na sociedade, são “distintos tipos de arranjos

familiares e domésticos, os quais com o passar da idade adquirem características específicas, que podem colocar o idoso, do ponto de vista emocional e material, em situação de segurança ou de vulnerabilidade” (NERI; DEBERT, 1999, p.36).

Dentre os eventos ocorridos, na atualidade tem-se a grande mobilidade das famílias a procura de empregos. Esta conjuntura acaba por dispersar e afastar as famílias que não conseguem permanecer juntas. Por que dificilmente as oportunidades de trabalho necessárias para a inserção de cada indivíduo no mercado de trabalho abrangem as áreas específicas em que cada ente quer trabalhar, tem formação ou experiência. Enfim, a busca pela inserção no mercado de trabalho, dificulta as relações entre as pessoas idosas e seus familiares pelo próprio controle do tempo. Assim:

[...] a realidade da vida moderna provoca situações que dificultam as relações entre os idosos, os filhos e os netos, pois a família é dispersada pela distância provocada pela mobilidade à procura de empregos, pelos horários de trabalho, pela participação, cada vez mais, precoce da criança na área educacional. Muitas vezes, o contato entre avós, pais e netos passa a ser telefônico ou por computador. O contato pessoa a pessoa fica rarefeito, ampliando a figura dos avós distantes (BULLA; ARGIMON, 2009, p.23).

Destaca-se que antes (até as décadas de 1970 e 1980) quem tinha a tarefa de cuidar do idoso na família era a mulher, “tradicionalmente, a mulher sempre foi a responsável pelo cuidado da casa, dos velhos e das crianças da família. Com a evolução social, ela passou a ter novas funções e a trabalhar fora” (ZIMERMAN, 2000, p.63). Assim, a partir da necessidade de inserção no mercado de trabalho, a mulher teve de renunciar este cuidado. Ou ainda o faz, junto a um acumulado de funções desempenhadas pela mesma no cenário atual. Deste modo, com a sobrecarga de funções direcionadas a mulher, esta muitas vezes não conseguem administrar todas as tarefas e ainda cuidar dos (as) idosos (as) da família. Assim, compreende-se um dos motivos comprovados, para a institucionalização de pessoas idosas. Já que em sua maioria, todos os membros necessitam trabalhar para prover o sustento familiar.

Tem-se ainda que referir que a família tem ligação com a origem de cada pessoa. A partir dela e para ela, vários sentimentos e expectativas são gerados. Quando se pensa em um lugar seguro, um lugar para voltar de imediato (a maioria das pessoas) se pensa na família. Esta, não necessita ser exclusivamente de entes consanguíneos, pode ser uma família construída e alicerçada pelo afeto e companheirismo. Assim, acredita-se que ao chegar neste estágio avançado da vida,

quando se olha para trás, o que mais aparece é a família. Isto pode ser comprovado por diversos estudos realizados com a população idosa onde o assunto mais recorrente é sobre a família. Porém ocorre que ao se pensar “rapidamente no que seria conviver com um familiar idoso, esquece-se geralmente dos aspectos agradáveis do dia-a-dia e coloca-se uma lente de aumento nos problemas, nas dificuldades que se podem encontrar” (BULLA; ARGIMON, 2009, p.27).

Como já mencionado anteriormente, o convívio com um (a) familiar idoso (a) demanda atenção e cuidado. Porém quando há interação entre a família e o (a) idoso (a) o retorno pode ser engrandecedor para ambas as partes tanto em sentido emocional quanto de condutor de ações, uma vez que a experiência de vida e sabedoria do (a) idoso (a) pode ser visionada como exemplo. Talvez mais ainda para o (a) familiar, que de certa forma está adquirindo amadurecimento e compreensão sobre situações que provavelmente ele próprio passará em um futuro próximo. Assim, percebe-se que os obstáculos neste relacionamento podem ser menores que o aprendizado e crescimento conquistado como ser humano. Porém é comum:

Os familiares ao verem o idoso passivo, fracassado, descuidado fisicamente, podem distanciar-se, procurando evitá-lo, talvez porque esta experiência os faça entrar em contato com os seus próprios limites, desenvolvendo fantasias de identificação (eu serei ele amanhã?) e com seu próprio fim (BULLA; ARGIMON, 2009, p.27).

“E é por isso que o velho aparece aos indivíduos ativos como uma espécie estranha, na qual eles não se reconhecem [...] a velhice inspira uma repugnância biológica; por uma espécie de autodefesa, nós a rejeitamos para longe de nós.” (BEAUVOIR, 1990, p.266). Neste cenário percebe-se o estranhamento, do “novo” em relação ao “velho”, uma questão que por vezes não está explícita quando se tem o contato com o idoso. Estas situações, acredita-se que ocorrem pelo estereótipo que é atribuído a pessoa idosa, que muitas vezes é visto como “inútil”, “feio”, “improdutivo”. Quando refere-se à importância da família e dos vínculos familiares, trabalha-se com a perspectiva de família que possui laços afetivos, relacionamento saudável e bons sentimentos de um para o outro. Neste sentido, afirma-se que o contato com a família é benéfico para a pessoa idosa:

Alguns autores sustentam que há uma ligação entre contato social, apoio e longevidade: a maioria dos idosos que visitam amigos e familiares, provavelmente viva por mais tempo do que aqueles que se abstêm desses

relacionamentos. Principalmente pessoas viúvas e solitárias veem na família uma comunidade compensatória. A família, especialmente filhos e netos, representa o esteio emocional do idoso (BULLA; ARGIMON, 2009, p.28-29).

Afirma-se que os vínculos afetivos (quando forem da vontade de ambas as partes, e desde que não ofereça risco para nenhuma delas) possibilitarão maior estímulo à pessoa idosa para seguir vivendo sua vida. Bulla e Argimon (2009) descreveram brilhantemente a importância de uma convivência familiar saudável quando destacam que o (a) idoso (a) “sentindo-se acolhido (a), amado (a), compreendido (a), com uma convivência familiar amistosa e interagindo num meio onde possa estabelecer vínculos afetivos [...] terá maior motivação para viver com serenidade os anos que lhe restam” (BULLA; ARGIMON, 2009, p.22). Porém é fato que nem sempre a relação familiar é saudável, pois:

O fato de os idosos viverem com os filhos não é garantia da presença do respeito e do prestígio nem da ausência de maus tratos. As denúncias de violência física contra idosos aparecem nos casos em que diferentes gerações convivem na mesma unidade doméstica (DEBERT, 1999, p.52).

Cabe a ressalva de que o contexto familiar precisa ser compreendido para a permanência da pessoa idosa no mesmo. Nem sempre a família será o ambiente mais saudável para o (a) idoso (a). Fatores como a divisão da moradia com pessoas de diferentes gerações apresentam predominância referindo-se a violência física contra os (as) idosos (as). Destaca-se a influência que o relacionamento dos (as) filhos (as) para com seus pais pode influenciar na relação dos (as) netos (as) com os (as) avós também. Por isso a importância de harmonia entre a família, pois, este ciclo está diretamente ligado, deste modo se uma parte está desvinculada acaba afetando a outra. Assim, identifica-se como:

Um aspecto importante nas relações familiares é como os avós se relacionam com seus filhos. Essa situação marca o relacionamento com os netos de maneiras diversas, tanto positivas como negativas. Os conflitos destes fazem com que os netos muitas vezes, posicionem-se criando rejeições e provocando a exclusão dos avós (BULLA; ARGIMON, 2009, p.22).

Entende-se que situações ocorridas no passado entre família e idoso (a), podem ser a causa do rompimento dos vínculos hoje, pois lembrando “o adulto de hoje é a criança de ontem [...] o velho é o adulto que educou a criança e transmitiu-lhe os valores que julgava importante. Muitos velhos que hoje cobram carinho e

atenção não foram capazes de dá-los aos filhos” (ZIMERMAN, 2000, p.68). Ou seja, o (a) próprio (a) idoso (a) passou para este adulto, ensinamentos e valores que referem-se ao afeto e respeito por estas pessoas. Talvez se o (a) idoso (a) no passado, não tenha sido atencioso (a) com a criança e não passou-lhe estas lições, dificilmente ela o fará quando adulto (a).

Quando se pretende elucidar a questão do diálogo entre as gerações, cabe a ressalva de que a maneira como ocorreu a juventude do (a) idoso (a), não é a mesma que ocorre com o (a) jovem da atualidade. De certa forma, hoje a família se concebe de forma mais individualizada. Cada ente tem seu canto e o respeito pelos (as) mais velhos (as) não é cultuado como antes. Tem-se uma nova conjuntura, por isso a necessidade de compreensão e não apenas um julgamento vazio de como e por quais motivos se dá o processo de institucionalização. Já que todas estas transformações afetaram demasiadamente a família:

Muito ainda poderíamos refletir sobre as relações entre o idoso e suas famílias, como violências, negligências e abandono, já que as múltiplas realidades familiares agravadas pelas pressões do mundo moderno, que afetam frontalmente as famílias, tornam mais difíceis as relações, exigindo do idoso e da família uma adaptação constante, que não é fácil, pois exige uma flexibilidade muito grande na dinâmica familiar (BULLA; ARGIMON, 2009, p.23).

São muitos os aspectos a serem discutidos referindo-se à pessoa idosa e sua rede familiar, pois de acordo com estudos neste âmbito, o cotidiano familiar sofre inúmeras mudanças constantemente. Neste contexto refere-se não só aos aspectos sofridos pelo (a) idoso (a), mas também pelos familiares, o que muitas vezes tem levado ao processo de institucionalização dos (as) idosos (as).

3.3 A institucionalização de idosos (as) e a família

As primeiras instituições criadas com o intuito de atender pessoas idosas surgiram no século passado. Estas tinham como objetivo o trabalho direcionado a idosos pobres²¹. Porém, estas instituições abrigavam também outros segmentos da

²¹ Na atualidade têm se o entendimento de que não somente idosos pobres podem ser institucionalizados. Por vezes famílias que possuem condições econômicas favoráveis ao mantimento de um idoso no seio familiar, optam pela institucionalização do mesmo.

população que não obtinham condições reais de seu desenvolvimento em sociedade, tais como mendigos, indigentes, inválidos, etc. (ALCÂNTARA, 2004).

A criação de instituições filantrópicas destinadas a prestar cuidados aos velhos, sob a denominação de asilos, abrigos e lares, em sua origem, no século XX, no Brasil, visava a atender a velhice desamparada que se configurava como uma população pobre e sem vínculos familiares (ALCÂNTARA, 2004, p.32).

Fazendo ligação com esse contexto pode-se perceber a subalternização que está arraigada a imagem da pessoa idosa até os dias de hoje. Quando esta é vista como indivíduo que não possui mais utilidade para a sociedade. Pois não se encontra inserido (a) no mercado de trabalho. “[...] a história da institucionalização da velhice começa como uma prática assistencialista, predominando na sua implementação a caridade cristã” (ALCÂNTARA, 2004, p.32). Assim compreende-se que a institucionalização possuía um caráter de atendimento de forma focalizada e paliativa.

O primeiro tipo de instituição conhecido foi o asilo²², que pautava-se basicamente no fornecimento da alimentação e habitação das pessoas idosas. As pessoas que fundaram estas instituições tinham formação religiosa. As famílias eram julgadas por terem “abandonado” seus parentes, sem considerar que o sistema público não desenvolvia nenhuma ação que desse suporte a essas famílias, referindo-se ao cuidado dessas pessoas. Havia ainda aquelas pessoas idosas que não possuíam nenhum familiar, e não obtinham mais independência, ou até mesmo não tinham como prover o próprio sustento, essas pessoas eram colocadas nos asilos (LAFIN, 2004).

Percebe-se o quanto o cuidado direcionado ao idoso era fragilizado, pois tinha um caráter de apenas remediar as expressões da questão social²³ que se apresentavam na vida dos usuários. Dentre estas pode-se citar a pobreza, miserabilidade, falta de cuidados com a saúde e alimentação, falta de habitação, acesso a renda, etc. Somente davam-lhe o necessário para sua sobrevivência, o que

²² No presente século, segundo a PNI em seu “Art. 3º Entende-se por modalidade asilar o atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover à própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.”

²³ Questão social apreendida como o conjunto das expressões de desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 27)

comer, cuidados físicos e onde morar. E ainda não percebiam a totalidade de algumas famílias que por vezes não possuíam condições de custear o cuidado de uma pessoa idosa em casa. Ou até mesmo, não dispunham de tempo para isto.

A partir de 1980, a realidade do cuidado direcionado a pessoa idosa foi se modificando no Brasil. Pois, surgiram outras instituições que desenvolviam este trabalho voltado às pessoas idosas. Surgiram então os centros dia, as casas lares, os centros de convivência, etc. Os asilos ganharam uma nova significação, assim como suas ações que passaram a ser desenvolvidas por profissionais capacitados em equipe interdisciplinar (LAFIN, 2004). Sem dúvida, na história, as instituições asilares são permeadas por paradigmas morais, religiosos, assistencialistas, etc., pois a várias instituições foi atrelado a ideia de maus tratos, e abandono às pessoas institucionalizadas. Porém, acredita-se que este pensamento possa ter sido superado a partir de legislações e políticas de atendimento à pessoa idosa.

Atualmente as instituições devem desenvolver suas ações pautadas nas leis pertinentes às mesmas. Ainda, recebem a vigilância dos órgãos responsáveis pela fiscalização dessas entidades. Enfatiza-se a necessidade de maior acompanhamento dos órgãos responsáveis, são eles os Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei, no que refere-se à fiscalização das instituições de atendimento à idosos. Referindo-se a fiscalização das ILPI, em sua tese de doutorado, a partir de pesquisa realizada em 17 instituições para pessoas idosas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, Pessôa (2010, p. 161) pôde concluir que:

Quando os municípios foram questionados quanto a como é realizado o controle social e fiscalização das entidades de atendimento ao idoso ou denúncias de violação de seus direitos, 11 afirmaram que são realizadas visitas pela Assistente Social, 6 indicaram que os Conselhos Municipais de Assistência Social fiscalizaram e 3 que o Conselho do Idoso realizou a verificação, porém, nas entrevistas realizadas com as Instituições de Longa Permanência, somente 3 disseram que receberam fiscalização por parte dos Conselhos, e 2 municípios ainda afirmaram que o Ministério Público assume essa responsabilidade.

Estas instituições devem admitir profissionais capacitados para o trabalho executado como, assistentes sociais, médicos (as), nutricionistas, psicólogos (as), entre outros, visando à qualidade de vida, autonomia e o desenvolvimento da vida saudável destas pessoas. Um dado preocupante no atendimento asilar expressa-se pela não qualificação dos profissionais contratados pelas ILP. Esta situação pode

acarretar sérios problemas quando refere-se ao cuidado à pessoas idosas. Já que, são diversos os dilemas que permeiam o processo de institucionalização. Tais como o adoecimento dos usuários, situações referentes à sexualidade, às relações sociais/familiares estabelecidas, dentre outras, que podem apresentar-se no âmbito institucional, e sem dúvidas necessitam de profissionais aptos para lidar com cada situação específica, seja ela ligada a saúde física, psíquica, enfim primando pelo desenvolvimento saudável e qualidade de vida das pessoas institucionalizadas. Como aponta Pessoa (2010, p. 192):

[...] são verificados como dificuldade para o funcionamento adequado e almejado dessas instituições, fatores como a falta de profissionais qualificados ou em número insuficiente, carência de recursos financeiros e de ajuda voluntária, bem como o pouco espaço físico e recursos materiais adequados para o desempenho das atividades.

Nesse cenário, percebe-se ainda, o quão deficientes se mostram as ILPI, que em diversos casos, carecem até mesmo de espaço físico adequado, dentre outras condições necessárias para a vida cotidiana das pessoas que habitam tais instituições. Sobre a institucionalização de idosos na contemporaneidade, entende-se o ambiente asilar como algo que se faz necessário, porém há que se qualificar este serviço. Compreende-se que um atendimento especializado e com profissionais capacitados se faz necessário no atendimento a estes usuários. Afirma-se ainda que o que é previsto no Estatuto do Idoso (2003) e na Política Nacional do Idoso (PNI)²⁴ deve ser cumprido pelas ILP. Pois estas leis possuem intencionalidade, foram criadas por conta de sua extrema necessidade no que se refere ao atendimento institucional.

O decreto número 1948/96 define o “atendimento asilar como regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover a própria subsistência, de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social” (BRASIL, 1996, s/n) E apresenta um parágrafo único onde consta que “a assistência na modalidade asilar ocorre no caso de inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou de própria família” (BRASIL, 1996, s/n).

²⁴ “Tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1994).

Tem-se o conhecimento de que por vezes pessoas são institucionalizadas, mas possuem contato com a família. Neste sentido está expressa uma contradição quando o idoso segundo a legislação deveria permanecer junto à família, porém nem sempre é o que de fato ocorre. Nestas situações quando a família tem condições de manter o (a) idoso (a) em casa, fica a indagação “por que não o faz?” Certamente, são diversas as situações que acarretaram na decisão pela institucionalização. Não cabe ao trabalho julgar essas determinadas situações. Mas sim, alertar para estes casos que estão ocorrendo e decerto devem ser acompanhados, antes de tecer uma crítica esvaziada.

Percebe-se que a legislação indica pela permanência do (a) idoso (a) junto à família, mas não fornece as condições necessárias para que esse processo ocorra. Considerando os aspectos citados na sessão anterior e ainda que as pessoas vivem mais, neste contexto a maioria das famílias não recebe apoio em relação a como lidar com as mais diversas situações que podem se apresentar em face do envelhecimento. São deficiências, transtornos, doenças, fragilidades que podem se apresentar nas pessoas que chegam à velhice. Apresenta-se também a necessidade de trabalhar e não obter tempo para cuidar do (a) idoso (a), que demanda atenção, e também o dinheiro que às vezes é necessário para tratamentos e compra de remédios, entre outras situações.

Diante disso, os familiares podem sentir-se despreparados e sem saber como agir. A legislação brasileira aponta que a responsabilidade primeira no cuidado de um (a) idoso (a) é da família. Isto está expresso na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional do Idoso (1994) e no Estatuto do Idoso (2003). Porém [...] o cuidado com idosos (as) frágeis tem deixado de ser um domínio exclusivo da esfera familiar e tem sido transferido para organizações alheias à família, em função do processo de mudanças nos arranjos familiares [...]. (CAMARANO, 2007, p.173). Estas mudanças cada vez mais veem acarretando a institucionalização de idosos (as).

Referindo-se ainda a institucionalização cabe ressaltar que nem sempre que um (a) idoso (a) adentra em um asilo é pela escolha da família. Por vezes esta decisão provem da vontade do próprio idoso, isto ocorre principalmente nas situações em que o (a) idoso (a) não possui familiares e não tem com quem ficar. Segundo Alcântara, (2004) a decisão pela institucionalização pode incluir quatro etapas: reconhecimento da necessidade de institucionalização, discussão para averiguar as alternativas mais viáveis, implementação, quando é verificado o envolvimento do responsável pelo

idoso nas providências pela institucionalização e a internação em si. Quando a família entende como necessário o asilamento da pessoa idosa, destaca-se que esta deve ser tratada e dialogada com o (a) idoso (a), ouvindo o que ele (a) pensa a respeito e também se o (a) mesmo (a) concorda com a atitude.

Destaca-se que “a decisão pela institucionalização pode ser mal interpretada pelo idoso, levando-o a sentimentos de mágoa e de rejeição” (PESSOA, 2007, p.83). Já que acredita-se que o (a) idoso (a) neste contexto pode ser a parte mais afetada, pois as mudanças em relação à institucionalização cairão diretamente sobre ele. Ele ainda terá de se acostumar às regras e normas da instituição asilar, com pessoas diferentes, as quais ele nunca conviveu antes, ele sairá do ambiente familiar, o local onde tinha sentimento de pertencimento, dentre outras mudanças que afetarão seu cotidiano.

Atualmente, são institucionalizados (as) tanto idosos (as) que não possuem condições econômicas de se manterem quanto os que possuem. Ainda no Estágio supervisionado percebeu-se que a institucionalização no asilo São Vicente de Paula se dá principalmente através da demanda de um (a) idoso (a) que necessita de cuidados que não podem ser disponibilizados pela família do mesmo (a). Neste processo geralmente quem procura a instituição é basicamente, algum familiar ou responsável pelo sujeito. Destaca-se que:

Em face dos novos arranjos e do número reduzido de membros na família, envelhecer junto a esta é um desafio, visto que a sociedade moderna, movida pelo mundo do trabalho, não tem tempo para conviver com seus velhos. O espaço doméstico é restrito apenas ao casal e a um ou mais filhos. As mulheres que antes cuidavam dos filhos, pais e avós, foram absorvidas pelo mercado de trabalho, e assim esses cuidados foram transferidos às creches e aos asilos (ALCÂNTARA, 2004, p.22).

O processo de procura para asilar um (a) idoso (a) vem aumentando cada vez mais em decorrência da longevidade além de outros fatores citados anteriormente. A institucionalização pode ou não ser causada pela fragilização ou rompimento dos vínculos entre família e idoso (a). A família, sem dúvidas tem um papel imprescindível na vida de qualquer pessoa. Quando se trata de um (a) idoso (a) torna-se uma constante, pois este na maioria das vezes é o assunto que eles mais se referem em suas falas. Em detrimento de uma série de questões no que diz respeito à família, seja a falta de afeto, situações desagradáveis que ocorreram em seu interior, ou outros fatores desconhecidos podem gerar o afastamento familiar e consecutivamente o

rompimento dos vínculos familiares. Várias indagações surgem neste contexto. Por isso o intuito da pesquisa em buscar o conhecimento dos impactos que são gerados a idosos (as) institucionalizados (as).

A partir do Projeto de intervenção realizado na ILP denominado “A Busca pela reestruturação dos vínculos familiares no Asilo São Vicente de Paula” pôde-se identificar junto às famílias e aos usuários da instituição algumas das causas do afastamento familiar. Assim como os aspectos que mais tem levado à institucionalização. Percebe-se que os motivos para a institucionalização da pessoa idosa perpassam pelas mais distintas causas. Parte dos (as) idosos (as) realmente não possuem nenhum familiar, não obtiveram companheiros (as) e conseqüentemente não tiveram filhos (as). Estes vivem sozinhos (as) e devido a suas limitações no desenvolvimento das atividades rotineiras, ou até mesmo por sofrerem acidentes domésticos, preferem se institucionalizar. Deste modo terão companhia, assistência médica e demais atendimento nos cuidados que necessitam, em relação à higiene e alimentação.

Em outros casos (como falado anteriormente) as famílias relatam não possuir condições de cuidar de uma pessoa idosa. Já que isso pode demandar o custeio de remédios, roupas, fraldas, alimentação saudável, etc. Aspectos como não ter um espaço físico apropriado para o (a) idoso (a) também são apresentados. Até mesmo a necessidade de trabalhar e não possuir disponibilidade de tempo para dar a atenção que um (a) idoso (a) requer. Estas situações por vezes podem favorecer a institucionalização da pessoa idosa, já que:

O fato de todos os membros da família trabalharem fora, de não ter uma pessoa responsável para o cuidado, de o idoso permanecer sozinho o dia inteiro em casa o expõe a sérios riscos prejudicando sua vida. Podemos observar também que esta situação está se tornando uma realidade comum nos dias atuais, transformando a dinâmica familiar e, desta forma, favorecendo o asilamento (MAZZA; LEFÈVRE, 2005, p.7-8).

Problemas de relacionamento no que se refere à afetividade, diferenças de personalidade, atitudes que foram tomadas em outras fases da vida, e ocasionaram tristeza e afastamento entre os envolvidos (pessoa idosa e família) também são apontados. Tem-se o entendimento de que:

Embora tradicionalmente os idosos tragam a expectativa de serem cuidados por seus filhos, e os filhos adultos não tenham dúvidas sobre a sua

responsabilidade pelos pais, estas expectativas e desejos vêm mudando. Certamente existem evidências da quebra de responsabilidades tradicionais como consequência da urbanização. A maior influência da urbanização certamente é a transformação das estruturas familiares de famílias extensas em famílias nucleares, o que diminui a disponibilidade de parentes para cuidar dos mais velhos (CALDAS, 2002, p. 55).

Cabe elucidar o fato de que “muitas pessoas não querem ser dependentes de seus filhos adultos ou de outros membros da família. Esse fato muitas vezes gera a demora da própria família em constatar que precisa assumir a assistência ao seu parente idoso” (CALDAS, 2002, p.55). Assim confirma-se a necessidade de implantação de instituições que proporcionem apoio às famílias no que refere-se ao cuidado do familiar idoso. Percebe-se que os cuidadores familiares “precisam de apoio estratégico e institucional, pois suas necessidades não são apenas de ordem emocional. São necessidades objetivas e subjetivas, como a de poder contar com estruturas confiáveis para acompanhar o seu familiar” (CALDAS, 2002, p. 70).

Pois, é compreensível o fato de que cuidar de uma pessoa deste segmento demanda trabalho, atenção, esforço físico e emocional como citado acima. A implementação de instituições de modalidade não asilar pode ser uma boa alternativa para subsidiar as famílias nesta tarefa de cuidado da pessoa idosa. “[...]são necessárias medidas que visem proporcionar condições de manter estes idosos, o maior tempo possível, em seus lares e ter a família como sustentação, para a manutenção tanto física como social deste grupo fragilizado” (MAZZA; LEFÈVRE, 2005, p.2).

Em contraponto à ideia de que a família é prioridade para permanência da pessoa idosa vem o posicionamento de Karsch (2003, p.862) que diz que motivos como “a redução de custo da assistência hospitalar e institucional aos idosos incapacitados, a atual tendência, em muitos países e no Brasil, é indicar a permanência dos idosos incapacitados em suas casas”. A autora confirma ainda que esta indicação precisa de maior embasamento crítico, e quando proposta, deve ser analisado o contexto sócio cultural da família, onde o cuidado é desenvolvido. Aqui elucidada-se a importância de conhecimento sobre a realidade abordada. Para que possíveis equívocos possam ser evitados. Por vezes percebe-se a primazia pela convivência da pessoa idosa com a família, sem a compreensão de que tal pessoa em diversas situações pode necessitar de cuidado especializado. E na maioria das vezes os familiares não possuem conhecimento sobre como lidar com idosos (as) que

apresentam doenças complexas. Karsch (2003, p.863) aponta o posicionamento do Estado que:

[...] se apresenta como um parceiro pontual, com responsabilidades reduzidas, que atribui à família a responsabilidade maior dos cuidados desenvolvidos em casa a um idoso na dependência de outra pessoa. Constata-se que inexistente uma política mais veemente no que se refere aos papéis atribuídos às famílias e aos apoios que cabem a uma rede de serviços oferecer ao idoso dependente e aos seus familiares.

Deste modo percebe-se o Estado se abstendo de responsabilidades que deveriam ser suas também, Pessôa (2010) apontou em tese de doutorado a partir de pesquisa realizada com ILPIs, através da realização de 17 entrevistas que compreendem todos os Lares de Longa Permanência na Região das Missões e Fronteira Oeste²⁵, que dentre as instituições entrevistadas destaca-se que 5 fazem parte de uma rede religiosa e todas apresentam-se como filantrópicas. Assim pode-se perceber a proporção da coibição do Estado que deveria também se responsabilizar pela administração destas instituições. Deste modo ou atribui a responsabilidade com a pessoa idosa à família ou deixa à cargo das instituições que como se evidenciou, em sua maioria são de caráter filantrópico.

Assim como, a importância do desenvolvimento de políticas que designem o que de fato cabe à família e o que cabe ser desenvolvido por determinada rede de serviços no que se refere à pessoas idosas dependentes e aos respectivos familiares que também necessitam de apoio. É importante o contato da pessoa idosa com a família, porém em muitos casos, o cuidador familiar também se trata de uma pessoa idosa. Nestas situações cabe a reflexão sobre a manutenção da saúde de ambos (as). Se deparando com situações como esta, “sem o devido respaldo, esses familiares, por incapacidade de prestar assistência, deixam de assistir os idosos de uma forma digna, obrigando-se a lançar mão da institucionalização” (MAZZA; LEFÈVRE, 2005, p.8). Destaca-se que:

Cuidar do idoso em casa é, com certeza, uma situação que deve ser preservada e estimulada; todavia, cuidar de um indivíduo idoso e incapacitado durante 24 horas sem pausa não é tarefa para uma mulher sozinha, geralmente com mais de 50 anos, sem apoios nem serviços que

²⁵ A maioria das instituições brasileiras (65,2%) é de natureza filantrópica, refletindo sua origem. Apenas 6,6% são públicas, com predominância das municipais, o que corresponde a 218 instituições, número bem menor do que o de instituições religiosas vicentinas, aproximadamente 700 (CAMARANO; KANSO, 2010, p.234).

possam atender às suas necessidades, e sem uma política de proteção para o desempenho deste papel (KARSCH, 2003, p.863).

Para o (a) idoso (a), morar numa instituição pode significar desamparo e abandono, pois, ao ingressar nela, pode sentir-se abandonado e longe do lugar que considera seguro e aconchegante e de pessoas que transmitem esse sentimento (PESSOA, p.173). Neste contexto, tem-se que a institucionalização por si só não é o melhor meio de cuidar de um idoso, porém [...]“podemos observar que a institucionalização é pensada como uma solução interessante para as famílias que, pela sua própria dinâmica, não dispõem de uma pessoa para cuidar do idoso” (MAZZA; LEFÈVRE, 2005, p.7) entende-se que é preciso que haja o estímulo à criação de uma rede de assistência formada por centro de convivência e atendimento familiar que proporcione a integração do (a) idoso (a) na família e na sociedade. Destaca-se que:

O idoso quer o acolhimento, a presença e o amor dos seus. Ele quer compartilhar a experiência e o conhecimento que construiu ao longo de sua existência, quer entender as contradições que o envolvem, o porquê da distância emocional entre as pessoas de seu grupo familiar e social e seus sentimentos, o que o separa dos outros no momento em que precisa ser apoiado para a travessia que envolve o processo da morte (WICHMANN; COUTO; TOGNON, 2012, p.94).

Nestas linhas são expressas sucintamente os maiores desejos de um (a) idoso (a), que são sentir a presença e o amor dos seus. Além de ser um anseio seu, este também é um direito assegurado pelo estatuto do Idoso. O compartilhamento de experiências e conhecimentos que adquiriu em sua trajetória é de grande relevância, no sentido de realização pessoal. Já que “a família parece ser um ponto de referência em todas as situações. É apontada por estudiosos do envelhecimento como elemento mais frequentemente mencionado por idosos” (AQUINO; CABRAL, 2002, p. 1.057). Porém é fato que “a procura por instituições de longa permanência tende a aumentar. Estes aspectos contribuem para que novas formas de atenção e cuidado devam ser proporcionadas aos idosos” (PAVARINI et. al, 2005, p.400).

Entende-se que as famílias em sua grande maioria não estão preparadas para o cuidado dos (as) idosos (as) no âmbito familiar, assim se faz necessária a “capacitação profissional para o cuidado ao idoso. Organizações internacionais e a política nacional apontam para a necessidade da formação de profissionais

capacitados para lidar com o universo da gerontologia (PAVARINI et. al, 2005, p.400). Deste modo, fica evidente a necessidade de intervenção do Estado, na criação de políticas públicas que promovam o envelhecimento saudável. E também ações que proporcionem maior preparação para que as famílias saibam lidar com essa situação, que de fato é nova a toda à sociedade, eis o desafio de como dar conta destas demandas buscando a preservação dos vínculos familiares principalmente daqueles que estão institucionalizados (as).

4 VÍNCULOS FAMILIARES E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS (AS)

*Como é bom ter uma base, com quem
contar e confiar.*

*Quando penso em família, penso pra
onde voltar.*

*Sei que não somos perfeitos, porém
vocês são meu lar.*

*E digo, que quero pra sempre, junto
comigo os guardar.*

(Andréia dos Santos Siqueira)

O presente capítulo objetiva apresentar os resultados obtidos na pesquisa realizada na Instituição de Longa Permanência para Idosos (as) Asilo São Vicente de Paula do município de São Borja. O estudo realizou-se a partir do olhar de profissionais da instituição, por serem considerados os sujeitos que mais possuem contato com os (as) usuários (as) do serviço, que certamente, podem perceber de que modo ocorrem as relações entre as pessoas idosas e as famílias das mesmas. Quando convidados os (as) profissionais aderiram a participação na pesquisa sem hesitar. Porém, cabe ressaltar que quando informados (as) sobre a temática, visivelmente os (as) profissionais mostraram-se apreensivos (as). Fato este, que pode ser compreendido pela complexidade do tema. Além de ser algo que está presente no cotidiano profissional de cada sujeito da pesquisa – e que provavelmente, eles (as) já estejam habituados (as) a presenciar –, responderam à todas as questões, mas na maioria das vezes com respostas curtas, falando pouco. Entende-se que talvez os sujeitos da pesquisa tenham sentido algum desconforto em responder as perguntas, por receio, já que prestam serviços à instituição e de certo modo poderiam estar avaliando as intervenções realizadas.

Busca-se elucidar a análise referente aos impactos do rompimento dos vínculos familiares em idosos (as) institucionalizados (as) no asilo. O capítulo tece considerações sobre a institucionalização versus o rompimento de vínculos familiares, também sobre os fatores e impactos do rompimento de vínculos familiares e ainda os desafios e possibilidades de manter vínculos familiares com idosos (as) institucionalizados (as).

4.1 Institucionalização versus rompimento de vínculos

O seguinte item pretende mostrar e discutir se a institucionalização das pessoas idosas pode ter ocasionado o rompimento de vínculos familiares entre as mesmas e suas famílias. E ainda propôs-se a Identificar se há diferença de comportamento entre os (as) idosos (as) que mantem o vínculo familiar em detrimento aos demais.

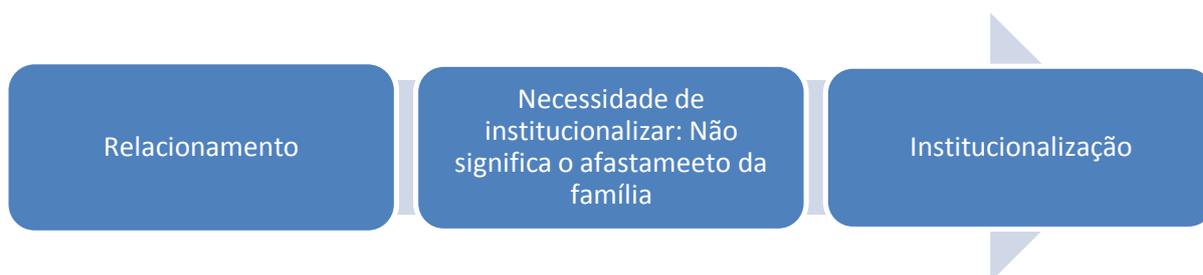
Entende-se a institucionalização de pessoas idosas como uma alternativa de realização de cuidados destas. Já que tem-se a premissa de que em muitas situações as famílias não obtém as condições necessárias para realização do cuidado referido a este segmento. Porém, direcionando o olhar para o (a) idoso (a) que é institucionalizado (a) – na maioria das vezes pelos familiares – deve-se atentar para o quão difícil, pode ser este momento – institucionalizar ou não o familiar idoso –.

Quando questionado aos sujeitos se a institucionalização de pessoas idosas por si só causa o rompimento dos vínculos familiares, foi indicado que em determinados casos sim, mas isso depende muito da família e da relação estabelecida entre família e idoso (a). A relação que havia entre idoso (a) e família antes da institucionalização predomina neste sentido, assim como os conflitos familiares, como ressaltado nas falas dos profissionais: “A família mora perto e não vem ver, eles não se importam mesmo” (Profissional A). Assim a manutenção dos vínculos pode estar ligada ao processo histórico de cada idoso (a) com seu familiar assim como a uma totalidade de fatos que estabeleceram relações entre os mesmos. Ressalta-se que o Estatuto do Idoso (2003) prevê que a responsabilidade primeira no cuidado do idoso (a) seja da família, porém por diversos motivos, como apresentado anteriormente, por vezes a opção pela institucionalização é necessária. Observa-se que em determinados casos, as famílias não estão preparadas para cuidar de seus idosos (as), mesmo que seja de forma parcial.

Buscou-se compreender o todo que envolve a institucionalização que é formada pela tríade, Idoso (a), família e instituição. Na contemporaneidade com o aumento da longevidade, conseqüentemente o número de pessoas idosas aumentou. Estudos apontam que simultaneamente o número de institucionalização de idosos (as) cresceu. Assim, é possível a percepção de que a sociedade não estava preparada para lidar com esta população crescente, assim como a família apresenta dificuldades econômicas, sociais e culturais de se relacionar com seu familiar idoso.

O que mais prevaleceu na fala dos profissionais foi à importância do relacionamento entre família e pessoa idosa no decorrer da vida e antes da institucionalização. Para maior clareza dos aspectos mais relevantes na análise, propõe-se o seguinte esquema: Perspectiva de cuidadores de uma ILP. Em ordem cronológica, como um processo que é desencadeado a partir de cada acontecimento na vida das pessoas idosas, antes mesmo de chegarem à velhice.

Figura 1- Institucionalização X Rompimento dos vínculos familiares:



Fonte: Sistematizado pela pesquisadora, 2016.

Este processo ocorreu no desenvolvimento da vida de pessoas idosas institucionalizadas. Quando se teve um **relacionamento** saudável, baseado em respeito mútuo provavelmente, no momento em que se manifesta a **necessidade de institucionalização**, e a mesma for pensada, o relacionamento também será. O que se pretende expor aqui, para todas as partes envolvidas na pesquisa, é que institucionalizar não significa abrir mão ou cortar relações com o familiar, seja qual for o grau de parentesco. Neste sentido, quando se chegar à **institucionalização**, as relações serão mantidas, mesmo com o idoso morando em uma instituição.

Os (as) profissionais ficaram divididos (as) ao ter que afirmar ou negar se a institucionalização pode causar o rompimento de vínculos familiares. Dos (as) seis, apenas um (a) demonstrou convicção quando disse “Sim. Por que os (as) idosos (as) veem pra cá e a família não os (as) procura mais, as vezes a família mora perto e não vêm ver o (a) idoso (a). A família traz eles (as) pra cá, dizendo que é só por um tempo, aí não voltam mais, nem pra visitar” (Profissional C).

Nesta fala a profissional está se referindo às situações em que os familiares institucionalizam um (a) idoso (a), dizendo a ele (a) que é apenas por um tempo. E simplesmente não voltam mais. No momento em que o (a) profissional deu tal informação, de imediato, foi pedido ao (a) mesmo (a) que esclarecesse a que casos estava se referindo. Então ele (a) disse:

“Eu estou falando de quando o filho ou filha vem aqui e deixa o pai ou a mãe, e não aparece nem pra ver eles. Quando aparecem é raro. Quando um idoso fica internado aqui, parece que se quebra a relação que tinha antes com a família” (Profissional C).

Pode ser percebido nesta fala especificamente, a convicção do (a) profissional ao afirmar que a institucionalização pode “quebrar” um laço que se obtinha antes. Reitera-se, assim como afirma Pessoa (2007, p.74) que “a convivência familiar tem influência direta no estabelecimento da qualidade de vida do idoso, pois o histórico da estrutura familiar pode demonstrar a condição cotidiana do idoso dentro da família.” Entende-se, que esta condição do (a) idoso (a) dentro da família, pode ser determinante frente ao rompimento dos vínculos e institucionalização em uma ILP. Porém, percebe-se a culpabilização das famílias por parte dos (as) profissionais. Neste sentido, faz-se necessária a percepção de diversos aspectos que permeiam o processo de rompimento/fragilização dos vínculos familiares.

As relações familiares se flexibilizam cada vez mais num cenário em que a população idosa aumenta, a longevidade cresce, e conseqüentemente as limitações e dependências das pessoas idosas, que cada vez mais precisam do apoio familiar para seguir vivendo da melhor forma. Os (as) demais profissionais demonstraram-se indecisos (as) quanto à afirmar ou negar a relação entre a institucionalização e o rompimento dos vínculos. Nestas falas o que foi indicado pelos (as) pesquisados (as) é que em determinados casos sim, mas isso depende muito da família e da relação entre família e idoso (a). Como falado anteriormente pela outra profissional.

Entende-se que a afirmação obtida na fala da profissional A – a família mora perto e não vem ver, eles não se importam mesmo –, não pode ser aqui a afirmação também do (a) pesquisador (a), visto que o estudo não possibilitou a fala das famílias em seu desenvolvimento sendo assim qualquer resultado não pode ser generalizado, uma vez que não pode-se fazer menção aos motivos que levam a família a romper o vínculo –. Porém, este tipo de situação, onde a família se ausenta do cuidado encaminhado a pessoa idosa, pode ser percebida na maioria das falas obtidas. Cabe a ressalva de que compreender as situações que levam as famílias a não manter o contato com os (as) idosos (as) são de grande relevância.

É fato que cada familiar tem seus motivos para se encontrar em afastamento do (a) idoso (a), ou ainda o (a) idoso (a) tem seus motivos para não desejar o contato

com o (a) familiar. Mas, por conta do curto período para desenvolvimento do trabalho e consecutivamente da análise inferida, a pesquisa pautou-se apenas pela visão obtida pelos (as) profissionais. Destaca-se a relevância de ampliação da pesquisa para compreender também a perspectiva das famílias de pessoas idosas institucionalizadas, no que refere-se ao rompimento de vínculos. Este alargamento do estudo está sendo considerado enquanto pesquisa futura, para realização em momentos posteriores à graduação.

Quando o sujeito da pesquisa diz que a família mora perto e não vem ver, logo entende-se que há sim situações que impedem que o contato entre o (a) idoso (a) e os familiares de fato ocorra. Situações estas que devem ser analisadas pela instituição e por profissionais como o (a) assistente social. Que em um primeiro momento deve realizar um acompanhamento desses (as) idosos (as) e também das famílias. Para tentar compreender quais motivos levaram ao rompimento dos vínculos. E se for da vontade dos (as) envolvidos (as), o reestabelecimento do vínculo, o (a) profissional pode verificar quais as intervenções profissionais cabem para o fortalecimento/restabelecimento dos vínculos. Deste modo estará desenvolvendo o trabalho profissional com intencionalidade, e provavelmente terá melhores resultados.

Cabe destacar a experiência da pesquisadora, adquirida através do desenvolvimento do estágio supervisionado realizado no Asilo São Vicente de Paula, onde pôde-se perceber casos em que as famílias optaram pela institucionalização da pessoa idosa e mantiveram o vínculo familiar. As visitas não eram diárias (de fato é difícil que sejam deste modo), mas aconteciam. Além disto, os familiares ligavam para saber como o familiar estava, e o (a) idoso (a) pedia para ligar para falar com os familiares também. As vezes as famílias até levavam o (a) idoso (a) morador (a) da instituição para visita-los (as) em casa e/ou passar o final de semana. Estes fatos apontam para a real possibilidade de manutenção de vínculos familiares com idosos(as) institucionalizados (as). Porém, este processo deve ser fomentado e acompanhado pela ILPI.

Entende-se que a institucionalização de pessoas idosas pode ser a causa do rompimento de vínculos familiares, quando ao adentrar a instituição o idoso e a família já encontram-se com os vínculos fragilizados ou rompidos. E a instituição asilar não realiza nenhuma espécie de acompanhamento dessas famílias para tentar fortalecer os vínculos. Nestes casos onde a ILPI se abstém da responsabilidade para com a

pessoa idosa, compreende-se como se a mesma estivesse concordando com este rompimento.

No que diz respeito às diferenças de comportamento entre os (as) idosos (as) que mantêm o vínculo familiar e os (as) que não mantêm, prevaleceu a resposta sim, de que existem algumas diferenças. Os (as) idosos (as) que não mantêm o vínculo demonstram tristeza e carência. Segundo as falas dos (as) sujeitos. O que mais prevaleceu foi que as pessoas idosas ficam extremamente apegadas aos cuidadores e demais profissionais da instituição quando não se tem vínculos com a família, visto que esses profissionais passam ser a família reconhecida pelo (a) idoso(a). E isso pode ser percebido, quando se tem contato com os (as) idosos (as) na ILP. Eles demonstram necessidade em conversar com outras pessoas, em tocá-las. Os (as) idosos (as) sentem-se sós por não estarem próximos (as) da família. Ressalta-se o significado dessa fala:

“Os (as) idosos (as) que têm contato com a família são mais alegres os (as) outros (as) não. Eles demonstram maior carência. A gente cuida deles bem, mas não é a mesma coisa que ter a atenção da família” (Profissional B).

Pôde ser percebido na fala dos (as) profissionais o carinho que elas denotam aos idosos (as) e vice-versa. Porém, vem a consideração da mesma e o entendimento de que ela, apesar de cuidar bem dos (as) idosos (as) não é um (a) familiar dele (a). Neste sentido compreende-se o pensamento do (a) profissional que de certo modo refere-se à ligação familiar e sentimento de família. Os (as) profissionais não possuem conhecimento da vida dos (as) idosos (as). Não acompanharam suas lutas, seus anseios, suas conquistas como ser humano na sociedade. Essa proximidade quem tem de fato é quem acompanhou o caminho vivido/percorrido pelos (as) idosos (as), a família deles dizendo claramente.

Nesse sentido, mesmo os cuidadores e demais profissionais intervindo de forma qualificada nunca poderão substituir os vínculos familiares nem atender as necessidades que emergem das relações estabelecidas com a família. Embora hoje o conceito de família abrangia não somente relações de sangue mas de afeto, há que se considerar que o (a) idoso (a) – mesmo quando não bem tratado pela família – ainda tem o desejo de residir com a mesma, tem um claro sentimento de retorno, ou seja, quando cuidou e atuou na criação de filhos (as) e netos (as) deseja que estes o reconheçam e dispendam cuidados para consigo (PESSÔA, 2010).

O sujeito da pesquisa demonstra em sua fala a importância da atenção da família direcionada à pessoa idosa asilada. E o quanto a ausência da mesma influencia no comportamento social e emocional das pessoas que moram na instituição. Compreende-se que o ato de ser institucionalizado (a) não representa apenas uma mudança de lugar, da casa para o asilo. Mas sim, mudanças de hábitos, rotina, convivência, dentre outras. Por isso, a institucionalização somada ao rompimento dos vínculos familiares pode ser tão danosa às pessoas idosas. Deste modo:

O processo de internação numa instituição asilar representa muito mais do que simplesmente mudança de um ambiente físico para outro. Representa para o idoso a necessidade de estabelecer relações com todos os aspectos de seu novo ambiente, ajustar-se ao novo lar mais do que o lar a ele, considerar-se abandonado, ansioso e com medo da ideia de passar os últimos anos da vida num lugar estranho, em meio a desconhecidos (CORTELLETTI; CASARA; HERÉDIA, 2004, p.18).

Entende-se que quando se chega à velhice, quando uma pessoa é institucionalizada, habituar-se não somente a um novo ambiente, mas à uma nova rotina, normas institucionais e pessoas diferentes é uma situação difícil, pois está atrelada à grandes e várias mudanças. Assim, é compreensível que o comportamento dos (as) idosos (as) em relação às demais pessoas seja modificado. -E eles demonstrem tanto apego pelos (as) profissionais- Entendendo que se além destas mudanças, os vínculos com a família estiverem rompidos os (as) idosos (as) tendem a apegar-se às pessoas que frequentam a instituição. Pois são as referências que possuem de uma pessoa amiga e que tem proximidade para com eles, já que os sujeitos trabalham na ILPI, e acompanham a rotina das pessoas no âmbito asilar.

Percebe-se que as famílias necessitam de maior preparação no que se refere à institucionalização de seus idosos. “As contradições e controvérsias indicam que a questão deve ser mais bem discutida, com reflexões profundas sobre as consequências dela, avaliada em sua totalidade, prezando a realidade, a cultura e a história de vida que cada idoso tem” (PESSÔA, 2007, p.85). Se os sentimentos citados anteriormente são ocasionados pela institucionalização, cabe a reflexão de que além deles, os (as) idosos (as) (que estão em situação de rompimento de vínculos familiares) acabam convivendo com os sentimento que envolvem o rompimento dos vínculos. Tem-se a compreensão de que estes sentimentos não devem ser saudáveis para estas pessoas.

4.2 Fatores e impactos do rompimento de vínculos familiares

Cabe elucidar que referindo-se à institucionalização das pessoas idosas, acredita-se que a subjetividade de cada pessoa que adentra a instituição deve ser considerada. Pois, é sabido que cada ser carrega consigo inúmeras experiências vivenciadas ao longo de sua trajetória. Estas, podem perpassar pelo modo como viviam, como estabeleciam suas relações sociais, suas convicções. Quando a pessoa idosa passa a morar em uma ILP, ela tem de certo modo, que deixar para trás o que viveu anteriormente. Pode-se considerar, que este é um dos primeiros vínculos a ser quebrado, o social. Entende-se que este vínculo, diz respeito ao corte de relação que esta pessoa (idoso), tem de realizar com o ambiente, o qual era habituada a conviver, deste modo:

Não se pode esquecer que o idoso ao chegar na instituição para ser integrado, traz consigo uma bagagem cultural sustentada nas relações estabelecidas até aquele momento com a família e o meio social circundante. A bagagem trazida é a sua história de vida, da qual é obrigado a abrir mão no momento da institucionalização, em detrimento à sua inserção na nova condição de vida (CORTELLETTI; CASARA; HERÉDIA, 2004, p.19).

O vínculo que antes dava-se a partir do contato da pessoa institucionalizada com o ambiente em que vivia, com seus amigos, com sua autonomia ao pagar contas, fazer compras, escolher sua própria roupa por exemplo, passa a ser comprometido. Estas situações corriqueiras que em um primeiro olhar podem parecer insignificantes, certamente, vistas de maneira mais profunda fazem toda a diferença no cotidiano de cada pessoa. Pois, a institucionalização pode negá-las de uma vez só. Deste modo, compreende-se que o ato de institucionalizar, acaba por afastar a pessoa dos lugares e hábitos com os quais ela estava acostumada. Isto sem dúvidas é uma grande mudança, por que o (a) idoso (a) tem que se acostumar com uma nova rotina; com pessoas que talvez nunca tenha visto antes e na maioria das vezes precisa dividir o quarto com estas; com normas diferentes. Em suma pode-se dizer que não há como sair “ileso” no processo de institucionalização, pois toda vida, esses aspectos terão rebatimento sobre o desenvolvimento saudável da vida do (a) idoso (a), assim:

A vida humana numa instituição total é reprimida, conduzindo à mortificação do eu, isto é o contexto asilar impede a pessoa de ter o controle de sua vida, prevalecendo a necessidade de uma adaptação às normas de uma ordem administrativa que inclui disciplina em horários para deitar, levantar e comer,

uso de uniforme padronizado, e aceitação de quarto dividido com pessoas estranhas (ALCÂNTARA, 2004, p.35).

Cabe a ressalva, que esta pesquisa não buscou a crítica sem fundamento sobre a institucionalização, mas sim maneiras de compreender este processo. Entendendo que na conjuntura em que vive-se, onde os direitos das pessoas idosas são constantemente violados, estas são estigmatizadas, e constantemente desrespeitadas por parte da sociedade. Sendo até mesmo agredidas em sua dignidade, a institucionalização de pessoas idosas é um serviço necessário, não só às pessoas que habitam nas ILP, mas também à seus familiares. Que por vezes realmente não possuem condições de cuidar do familiar idoso.

O intuito da pesquisa, não é delimitar que um vínculo entre familiares, pode ser estabelecido apenas com a habitação na mesma moradia. Pelo contrário, quando refere-se à vínculo, este, refere-se ao contato entre o (a) idoso (a) e família/familiar. Este contato, presume o afeto e a vontade recíprocos de estarem próximos, não apenas fisicamente, mas do modo que for possível. Seja o familiar ligando para o (a) idoso (a), ou realizando uma visita para ele no âmbito institucional. Entende-se que “o tema família é de muita importância para todos nós, principalmente para aqueles que acreditam na possibilidade de construção de uma sociedade melhor, na possibilidade de resgatar valores que ajudem a pensar a coesão da família” (HERÉDIA, 2006, p. 128). Valores estes que perpassam, pela educação e respeito pelas pessoas independentemente da idade. Pela empatia, que significa basicamente colocar-se no lugar do outro, e deste modo compreender as modificações que ocorrem, -neste caso referindo-se à temática- na vida das pessoas que chegam à velhice.

Posteriormente, ao primeiro rompimento que sucede a institucionalização, percebe-se como na fala do (a) profissional, o afastamento da família dos (as) idosos (as). Esta situação traz à tona uma série de indagações, quando se propõe discutir o rompimento de vínculos familiares. Referindo-se aos fatores que podem levar ao rompimento dos vínculos familiares, o que mais é evidenciado na fala dos (as) profissionais são os conflitos familiares, além das dificuldades de cuidar de um (a) idoso (a). Fica presente constantemente o custeio de tratamentos de saúde e remédios, o que é extremamente contraditório. O Estado promulgou legislações que deveriam estar prestando atendimento preferencial ao idoso, fornecendo medicação

e tratamento adequado, porém a materialização desse atendimento é ineficiente ou insuficiente.

Brigas e desavenças do passado, problemas de relacionamento entre idoso (a) e família prevalecem também no campo dos fatores. A partir de análise no relato dos (as) entrevistados (as), compreende-se que por várias ocasiões a família se afasta tentando justificar sua ausência junto ao idoso. Como na fala do (a) profissional C: “Os familiares dizem que precisam trabalhar, mas não acredito que alguém trabalhe o tempo todo, de domingo a domingo” (Profissional C).

Segundo Zariti (Apud Pavarini, 1996) a decisão de institucionalizar ocorre por que as tarefas de cuidar tornam-se demasiadamente difíceis, tanto do ponto de vista emocional quanto físico, por causa da doença e da consequente dependência do velho, da constante necessidade de hospitalização, da proximidade da morte, dos conflitos entre os papéis profissionais e familiares do cuidador, das necessidades crescentes do velho e das dificuldades de relacionamento entre o cuidador e o velho.

Quanto os impactos ocasionados pelo rompimento de vínculos familiares, destaca-se uma imensidão de sentimentos intensos que afetam todo o entorno do idoso. Tristeza, depressão, falta de vontade e ânimo para realizar as tarefas do cotidiano, os idosos acabam se tornando extremamente carentes. O afastamento da família leva ao adoecimento emocional do idoso que transparece em suas relações com os demais. A tristeza apresenta-se como impacto predominante na fala de um (a) dos (as) profissionais “Eles ficam depressivos quando chegam aqui” (Profissional B). Destaca-se que “nas instituições de longa permanência, cerca de 50%, dos residentes são portadores de algum problema psiquiátrico, sendo que os quadros demenciais são os mais comuns seguidos por problemas comportamentais e depressão” (BRASIL, 2007, p.101). Cabe destacar ainda a seguinte fala:

“Os impactos são que o idoso fica triste, fica carente, traz vários sentimentos ruins. Por que eles percebem a família se afastando e sentir isso não deve ser nem um pouco bom. Eles não tem vontade de participar aqui no asilo, nem de interagir com os outros quando tem algum evento, quem vem a família, a gente percebe que ficam chateados” (Profissional D).

Deste modo pode-se compreender que o rompimento dos vínculos familiares ocasiona à pessoa idosa impactos, que se configuram em uma gama de sentimentos que giram em torno da tristeza. Foi perceptível na fala do sujeito da pesquisa, a apreensão no relato. Que referiu-se inclusive a como reagem os (as) idosos (as) que

estão em situação de rompimento de vínculos com a família quando percebem que algum (a) outro (a) idoso (a) recebeu visita.

Ainda, tem-se o entendimento de que um grande impacto a partir do rompimento dos vínculos é o quanto tal situação afeta o desenvolvimento social da pessoa idosa. Que segundo os (as) profissionais demonstram grande tristeza em não poder “contar com a família”. Referindo-se ainda aos impactos o que mais prevaleceu foi mesmo a tristeza e depressão segundo os (as) entrevistados (as). Cabe a ressalva de que:

Embora a maioria das pessoas idosas possam ser considerada mentalmente saudável, elas são tão vulneráveis aos distúrbios psiquiátricos quanto os mais jovens. A depressão é mais frequente nos anos que precedem a aposentadoria, diminui na década seguinte e, outra vez sua prevalência aumenta após os 75 anos (BRASIL, 2007, p.101).

Neste sentido chama-se a atenção para a importância da realização de um trabalho interdisciplinar com os idosos (as). Onde demais profissionais possam pensar e discutir juntos sobre essas demandas de intervenção que são emergenciais. Aqui cabe ressaltar a importância de uma equipe qualificada para o desenvolvimento de um bom trabalho, objetivando a qualidade de vida do (a) idoso (a).

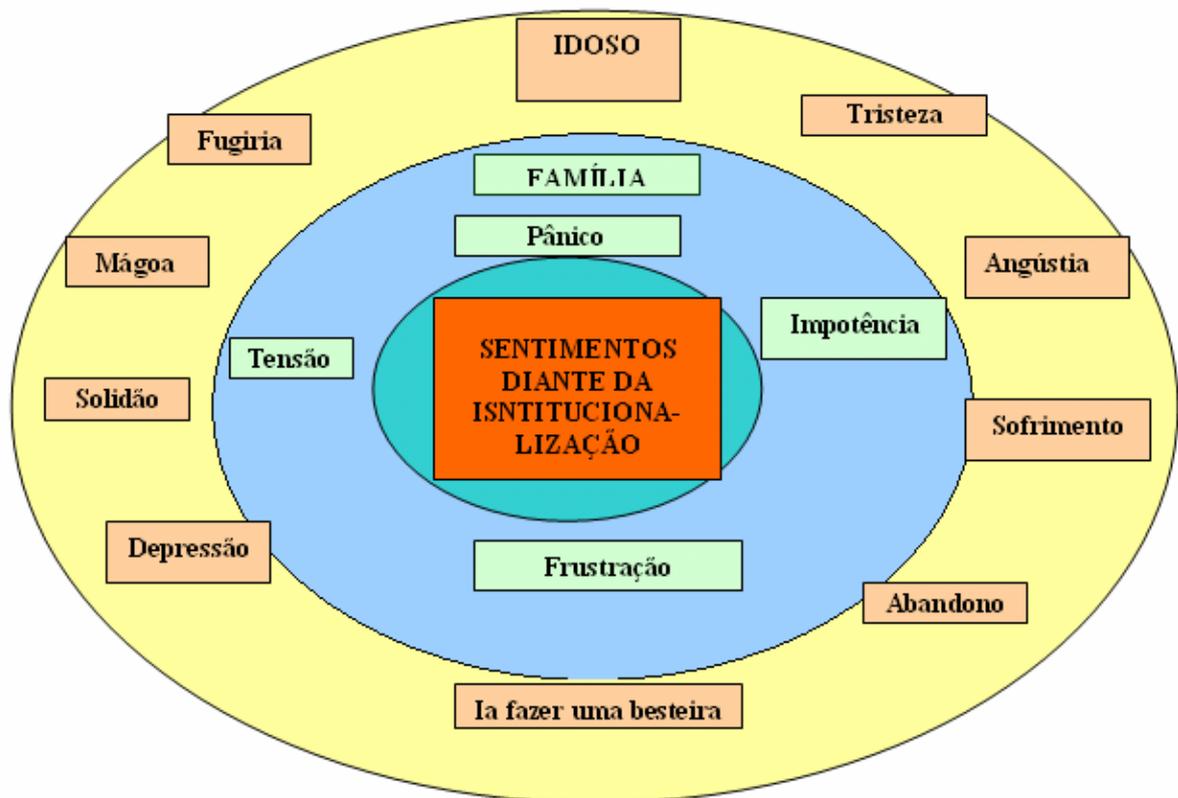
Destaca-se o descaso das IPLIs que possuem uma gama de profissionais que não estão aptos a trabalhar com pessoas idosas já que não obtêm qualificação para a realização deste. Compreendendo o que prevê O Estatuto do Idoso, no artigo 52, XVII, quando indica que cabe às entidades “manter no quadro de pessoal profissional com formação específica” (BRASIL, 2003, p. 35) para que o (a) idoso (a) seja atendido de forma adequada, não incidindo em danos para sua saúde e bem-estar. Deste modo:

A interdisciplinaridade é inevitável na vida em sociedade, à medida que cada membro exerce determinado papel para satisfazer a necessidade de todos. Por tanto, qualquer que seja a delimitação que se faça do todo, o relacionamento entre várias áreas sempre ocorrerá em função do fim comum (GUILAMELON, 2007, p.25).

Há a necessidade de que as entidades de atendimento às pessoas idosas tenham clareza quanto à importância de contratação de profissionais habilitados. Profissionais capacitados poderão desenvolver trabalho interdisciplinar, com o intuito de buscar da melhor forma a qualidade de vida destas pessoas.

Como evidenciado na fala dos (as) profissionais, pode-se identificar o quanto de sofrimento o rompimento dos vínculos pode causar, tanto para idosos (as) quanto para famílias. A partir de pesquisa realizada por Pessoa (2007) em dissertação de mestrado, a mesma descreveu alguns dos sentimentos de idosos (as) em relação a institucionalização. Deste modo acredita-se ser importante trazer à tona alguns destes aspectos para afirmar a análise realizada sob os dados coletados.

Figura 2- Ciclo de Sentimentos em Relação à Institucionalização.



Fonte: PESSOA, 2007, p.84.

Como demonstrado na figura acima, os sentimentos proferidos por pessoas idosas referindo-se à institucionalização, são basicamente sentimentos que envolvem tristeza. Partindo da análise realizada sobre os dados, pode-se concluir que os sentimentos em relação ao rompimento dos vínculos com a família perpassa pelos mesmos indicados no esquema. São eles, tristeza, sofrimento, depressão como apontado nas falas dos (as) profissionais.

Referindo-se aos impactos do rompimento dos vínculos familiares, cabe destacar uma fala quando ressaltado que “O idoso fica triste, fica carente, traz vários sentimentos ruins. Por que eles percebem a família se afastando e sentir isso não

deve ser nem um pouco bom” (Profissional D). Neste sentido compreende-se que a institucionalização é uma grande mudança na vida do idoso, pois esta modifica seus costumes, a vida que levava em sua casa, seus hábitos rotineiros.

Assim, ser asilado tem grandes consequências na vida do usuário e se junto a isto estiver atrelado o rompimento dos vínculos familiares, os impactos tendem a ser muito maiores e danosos. Se a família não tiver construído uma relação saudável no decorrer da vida é provável que no futuro existam dificuldades no relacionamento como aponta Pessoa (2007, p.79):

Relacionamentos frios, sem respeito e distantes, numa idade mais jovem, só irão agravar as possibilidades de dificuldade no futuro. Não é somente no envelhecer que há necessidade de conquistar o afeto na família. Nessa fase, a família deveria estar usufruindo algo já construído. Por isso, é importante, para os mais jovens, construir a harmonia familiar ao longo de suas vidas, preparando-se para a velhice.

Por isso a importância de se cultivar e estabelecer o afeto nas relações familiares desde quando se é jovem, para posteriormente na velhice poder usufruir de bons relacionamentos. Sendo assim historicamente existe uma tendência do (a) idoso (a) vivenciar nessa etapa o que acumulou de relações, principalmente familiares ao longo da vida, pois trata-se de um momento que se repensa a vida toda. Não pode-se afirmar que não existam casos – onde mesmo o idoso tendo um histórico de vivência intensa com a família – ocorra a institucionalização com quebra de vínculos, pois existem vários determinantes nas relações estabelecidas.

O asilamento é uma consequência de situações impostas pela vida e/ou, de alguma forma criadas pela própria pessoa institucionalizada. Pode-se, configurar na primeira, as situações socioeconômica e demográfica da família, e na segunda, o idoso que, no decorrer de sua vida, não criou vínculos que garantissem à sua velhice o amparo e a permanência no meio familiar (CORTELLETTI; CASARA; HERÉDIA, 2004, p.37).

Cada pessoa sabe o valor que a família tem para si. Pois este sentimento foi construído no decorrer da vida de cada uma. Deste modo compreende-se que as situações que ocorrem ao longo da vida são como consequência do modo como se desenvolviam os relacionamentos anteriores com a família. Por vezes a maneira como se desenvolvem estas relações não dependem exclusivamente do (a) idoso (a) ou da família, mas sim de condições impostas pelo meio em que a pessoa nasceu/viveu.

4.3 Desafios e possibilidades de manter vínculos familiares com idosos institucionalizados

A partir do desenvolvimento do trabalho, pode-se perceber o quanto o fato de morar em uma instituição ocasiona mudanças na vida das pessoas que passam por este processo. Algumas delas perpassam pela perda de autonomia, privacidade, afastamento das relações sociais que obtinham. No referido item, busca-se demonstrar os desafios e as possibilidades em manter os vínculos familiares com pessoas idosas institucionalizadas.

Como desafios para o mantimento dos vínculos familiares, identifica-se primeiramente as barreiras impostas pela própria instituição, quando não desenvolve nenhum trabalho de acompanhamento dos (as) idosos (as) e famílias no que se refere à quebra de vínculos. Entende-se que a instituição possui sim responsabilidade sob esta esfera.

Pessoa (2010, p. 180) aponta em sua tese de doutorado que na maioria das ILPIs na região da fronteira Oeste, -Foram realizadas 17 entrevistas que compreendem todos os Lares de Longa Permanência na Região das Missões e Fronteira Oeste- não há realização de projetos que busquem o fortalecimento dos vínculos familiares, os dados referentes a este aspectos são os seguintes:

Onze entidades informaram que não realizam nenhuma atividade que envolve a família, duas sistematizam as visitas gerais dando ênfase nas datas comemorativas, uma mantém um sistema de informação via telefone, uma exige termo de responsabilidade com o intuito de sistematizar obrigatoriamente uma visita mensal ao idoso, uma realiza entrevista no momento em que o idoso ingressa na instituição e realiza visitas domiciliares quando apropriado.

Deste modo pode se perceber que esta não é uma realidade apenas da instituição onde foi desenvolvida a pesquisa e sim de várias outras instituições. Dentre os desafios em manter o vínculo com a família, o que mais predominou nas falas foi o fato de a instituição não desenvolver nenhuma ação que busque aproximar as partes (idoso/a e família). Pensar programas e projetos que estimulem a manutenção e fortalecimento desses vínculos requer tempo, profissionais e a mediação de vários conflitos, muitas vezes as instituições não querem tomar para si essa demanda. Tristemente outras inclusive sabem que ao estimular o resgate de vínculos podem estar levando a perda de institucionalidades.

Também as famílias alegam não ter tempo para cuidar dos (as) idosos (as), pois precisam trabalhar e dar conta dos demais afazeres. Na fala do (a) profissional C essa questão fica clara: “Eles dizem que não tem tempo, mas eu acho que quando se importam de verdade dão um jeito e arrumam tempo, não digo que venha todo dia, mas que não deixem abandonados aqui”. Fica clara a indignação quanto a ausência da família no cotidiano dos (as) idosos (as). Entendendo que a instituição tem papel importante e é necessária na sociedade, porém a família também o é. Reitera-se a responsabilidade das Instituições de Longa Permanência com a preservação de vínculos.

Quanto sugestões para manter o vínculo familiar quando possível, a fala dos profissionais indica a necessidade de intervenção da instituição, referindo-se a realização de trabalho junto aos casos de rompimento de vínculos familiares. Cabe a instituição intervir e se posicionar, desenvolver ações que busquem aproximar idosos (as) e famílias. Isto é demonstrado de forma clara na seguinte fala “A instituição precisa fazer algo, eles não fazem nada, como se estivesse tudo bem. Precisam fazer eventos e convidar as famílias pra virem aqui também. Os (as) idosos (as) ficam tão felizes quando recebem a família, apesar de serem poucos (as) os que recebem” (profissional E). Destaca-se que:

Na velhice, quanto mais as perdas forem avaliadas como adversas, de difícil manejo e incontroláveis, maior será o seu potencial para causar problemas de adaptação à depressão, à infelicidade e ao isolamento (NERI, 2011, p.22).

O Projeto de Intervenção desenvolvido pela pesquisadora, buscou o acompanhamento de famílias e idosos (as) com rompimento de vínculos familiares. Cujo objetivo geral era ampliar o acompanhamento dos (as) idosos (as) institucionalizados (as) no Asilo São Vicente de Paula no município de São Borja e familiares a fim de promover o fortalecimento dos vínculos. Nele, pode-se perceber o quanto as ações dos (as) idosos (as) asilados (as) proferidas no passado são lembradas e sentidas até agora pelos familiares.

Acredita-se que o Projeto de intervenção tenha sido importante para desmistificar alguns estigmas da própria instituição no que diz respeito ao trabalho de fortalecimento de vínculos familiares. Como aprendizado, cabe salientar o imenso conhecimento obtido a partir da realização de visitas domiciliares e diálogo com os familiares. Onde pôde ser desvelada a imagem que é estereotipada de que todo idoso

é um “ótimo ser”, que jamais faria mal à ninguém. O (a) idoso (a) é uma pessoa normal, com defeitos como as demais e que erra cotidianamente também.

Compreendeu-se a historicidade, na realização do histórico dos (as) usuários (as), puderam ser visualizados aspectos que para as famílias justificavam o fato de não procurarem seus velhos. Casos impactantes, como situações de agressão verbal e física, envolvimento com álcool e drogas dentre outras expressões da questão social, que transformaram (segundo as famílias) negativamente o modo como era o (a) idoso (a). Essas situações destruíram relações, famílias e sentimentos, pois com certeza mexeram com o emocional dos indivíduos.

A partir da conclusão do Projeto pode-se perceber que em alguns casos é possível a reaproximação das famílias, em outros não. Nestas situações presume-se a historicidade, que perpassa por fatores tão agravantes dos quais demandam maior tempo e apropriação da situação para intervir. A totalidade foi percebida quando a institucionalização e o afastamento das famílias não mais eram vistos de forma isolada. E sim buscando aprofundamento nos casos, assim como a compreensão dos demais fatos que levaram e ocasionaram tal situação.

Compreende-se deste modo, que os danos absorvidos pelos (as) idosos (as) são de grande proporção, em decorrência da idade avançada, do fator institucionalização que de toda maneira traz bruscas mudanças a vida do (a) idoso (a). Como sugestão, possibilidade ressalta-se assim a importância de acompanhamento destes idosos e famílias, pelo (a) profissional assistente social, conhecimento do histórico familiar para poder intervir, ações voltadas para o fortalecimento dos vínculos familiares. Reitera-se a discussão realizada no capítulo anterior referindo-se aos órgãos fiscalizatórios das ILPI, que são responsáveis pela vigilância e acompanhamento destas, e possuem o dever de verificar se são desenvolvidas ou não, ações que visam o fortalecimento dos vínculos familiares, direcionado ao público usuário deste tipo de instituição.

Do mesmo modo que discutir a institucionalização da pessoa idosa apresenta aspectos contraditórios, discutir a presença da mesma no âmbito familiar também o é. Pois, tem-se o entendimento de que a permanência do (a) idoso (a) no âmbito familiar não garante plena saúde e qualidade de vida deste. Já que se sabe que mesmo junto à família a pessoa idosa pode sofrer maus tratos vindos dos próprios familiares. E ainda podem ocorrer outras situações que afetam a qualidade de vida dos (as) idosos (as), deste modo:

Um cuidado que se apresenta de forma inadequada, ineficiente ou mesmo inexistente é observado em situações nas quais os membros da família não estão dispostos, estão despreparados ou sobrecarregados por essa responsabilidade. Em tal contexto, existe a possibilidade concreta de serem perpetrados abusos e maus-tratos. Portanto, é necessário lembrar que, embora a legislação e as políticas públicas afirmem e a própria sociedade considere que os idosos devem ser assistidos pela família (por razões morais, econômicas ou éticas), não se pode ter como garantido que a família prestará um cuidado humanizado (CALDAS, 2002, p. 55).

Esta é uma grande contradição, que necessita de conhecimento e aprofundamento de aspectos já citados no trabalho, como o conhecimento do entorno das relações que permeiam a vida da pessoa idosa. Percebendo os aspectos particulares da vida de cada usuário (a). Diante destas circunstâncias, acredita-se na importância de desvendar o que não está aparente, e compreender os dois lados que cercam a pessoa idosa, seja para estar com a família (ou manter o vínculo com ela) ou para ser institucionalizada. Por isto, não se pode generalizar a permanência da pessoa idosa no seio familiar.

Reitera-se que neste estudo tem-se o entendimento de que para se ter vínculo entre o familiar e a pessoa idosa, não é necessário que ambas morem juntas, mas sim que mantenham contato, respeito um pelo outro. Não significa dividir a mesma casa, ou estar sempre juntos fisicamente, mas o sentido desta ligação, está mais relacionado a dedicação desprendida para o outro. As mudanças que ocorreram no século passado, como já apontado no trabalho, denotam grandes transformações na família e conseqüentemente nas relações familiares:

Na verdade, a família não se preparou para enfrentar as mudanças socioculturais que geraram novas demandas sociais e, conseqüentemente, papéis de seus membros que se adequassem a elas. A família das últimas décadas do século XX teve que fazer frente a uma série de mudanças estruturais, que afetaram as suas funções principais e criaram novas necessidades para sua manutenção e mesmo reprodução (CORTELLETTI; CASARA; HERÉDIA, 2004, p.31).

Acredita-se que não somente a família não se preparou, como também não recebeu preparação. Não recebeu acompanhamento para aprender a lidar com as diversas novas situações que ocorreram e transformaram o meio familiar. As novas necessidades que foram criadas, referem-se a necessidade de adentrar no mercado de trabalho para a manutenção de suas necessidades em sociedade. Há falhas no Estado que não preocupou-se com ações que preparassem as famílias para o cuidado

com os familiares idosos, que por vezes possuem tantas restrições, seja com remédios, cuidados do dia-a-dia no caso das pessoas idosas com dependência limitada, alimentação ou atenção.

Profissionais capacitados poderão desenvolver trabalho interdisciplinar, com o intuito de buscar da melhor forma a qualidade de vida das pessoas idosas.

As necessidades de cuidado extrapolam, muitas vezes, as capacidades das famílias. Cresce, portanto, a necessidade de cuidadores formais, com capacitação profissional para o cuidado ao idoso. Organizações internacionais e a política nacional apontam para a necessidade da formação de profissionais capacitados para lidar com o universo da gerontologia (PAVARINI et. al, 2005, p.400).

Deve-se atentar para a subjetividade de cada sujeito (idoso/a), pode-se perceber que um sentimento de frustração deve tomar conta das pessoas idosas quando são institucionalizadas e rompem o vínculo com a família. Pois, no processo de institucionalização as pessoas perdem a independência, a casa, a aproximação com os familiares. Enfim, perdem muitas vezes o sentido da vida. As ações voltadas à interação família e idoso (a) são mínimas. A situação segue do modo que está. Acredita-se que estas pessoas, os (as) idosos (as), possuem tanto direito de convivência familiar quanto às crianças ou os jovens. Muitos direitos foram assegurados na legislação que versa sobre a pessoa idosa, porém no momento de legitimação estão sendo cerceados.

Sem dúvidas um grande desafio é pensar que a maioria das instituições de longa permanência não desenvolvem ações que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares. Algo que trata-se de um direito das pessoas idosas. É preocupante na construção deste trabalho perceber o quanto essas pessoas que já viveram e sabem tanto, sofrem com a ausência de seus familiares. E do mesmo tamanho de sua sabedoria, acredita-se ser o seu sofrimento. No quadro a seguir mostra-se a síntese dos principais desafios e possibilidades em manter os vínculos encontrados a partir da análise.

Quadro 3- Desafios e possibilidades para a manutenção dos vínculos familiares com pessoas idosas institucionalizadas.

Desafios	Possibilidades
----------	----------------

A instituição não desenvolve nenhuma ação de acompanhamento das famílias e idosos (as).	Desenvolver ações que acompanhem as famílias e idosos (as) que estão em situação de rompimento de vínculos.
Não desenvolve programas de fortalecimento de vínculos.	Desenvolver ações que promovam o fortalecimento dos vínculos, como previsto no Estatuto do idoso. ²⁶
Os familiares precisam trabalhar e por isso não dispõem de tempo para dar atenção e cuidado a pessoa idosa.	Devem ser ampliadas as instituições na modalidade centro dia para as pessoas idosas

Fonte: sistematizado pela autora, 2016.

Se as famílias recebessem apoio para o cuidado direcionado a idosos (as), talvez menos pessoas fossem institucionalizadas. Refere-se aqui à importância de ampliação dos serviços prestados pelas instituições na modalidade centro dia para as pessoas idosas. Deste modo, enquanto os familiares estiverem trabalhando os idosos (as) estarão sendo atendidos (as) em suas necessidades, não sendo necessário adentrar em uma ILPI para receberem cuidados básicos, de alimentação, cuidados médicos e atenção enfermagem. Como o serviço dos centros dias ainda são restritos e não dão conta da demanda de pessoas que necessitam do mesmo, as famílias acabam optando pela institucionalização.

A partir da análise pode-se perceber que a institucionalização é uma saída que as famílias encontram quando não conseguem cuidar do familiar idoso. A institucionalização não precisa significar o rompimento dos vínculos. Elucida-se que as famílias não recebem apoio necessário para prover o cuidado integral do (a) idoso (a). Quando essas famílias possuem condição socioeconômica fragilizada, ou se encontram em vulnerabilidade, como poderiam cuidar dos familiares? Partindo da premissa de que os (as) idosos (as) possuem direito de permanência junto a família e isto é resguardado em lei como responsabilidade da mesma. Tem-se o entendimento de que essas famílias não estão sendo assistidas, eis o grande desafio.

²⁶ Art. 49. As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios:

I – preservação dos vínculos familiares (BRASIL, 2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inquietações quanto à institucionalização de idosos (as), acompanham o processo de formação da autora, tendo emergido no decorrer do Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado no Asilo São Vicente de Paula, situado no município de São Borja. Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo a realização de uma análise sobre quais são os impactos do rompimento de vínculos familiares em idosos (as) institucionalizados (as) no Asilo São Vicente de Paula, situado no município de São Borja/RS.

Assim, o problema que orientou a realização da pesquisa foi: “Quais são os impactos do rompimento de vínculos familiares em idosos (as) institucionalizados (as)?” Para responder este problema foram elaboradas quatro questões norteadoras que conduziram o processo de coleta de dados. Propôs-se à produção de conhecimento objetivando fornecer subsídios para a apreensão e qualificação do tema para a academia e principalmente para a instituição. Fornecendo-lhes dados concretos de como está a situação no asilo referindo-se ao que está sendo direcionado aos (as) idosos (as) em decorrência do rompimento dos vínculos familiares.

Na análise realizada identificou-se que os impactos consistem em uma soma de sentimentos ruins que afetam o desenvolvimento social e também físico dos idosos, afetando inclusive o seu cotidiano. Os (as) idosos (as) acabam fragilizados emocionalmente e na ausência da família se apegam fortemente aos trabalhadores da instituição. Percebe-se que a relação que havia entre idoso (a) e família antes da institucionalização predomina neste sentido, assim como os conflitos familiares, como ressaltado nas falas dos profissionais. Assim, percebe-se que se ambos (as) possuíam um relacionamento saudável anteriormente à institucionalização, provavelmente esta situação continuará quando o (a) idoso (a) for institucionalizado (a).

Referindo-se a institucionalização das pessoas idosas, causar o rompimento dos vínculos familiares, observou-se que a própria institucionalização trata-se de um processo que acarreta uma quebra de vínculos com a sociedade, e posteriormente com os familiares. Porque afasta as pessoas do ambiente de convívio social e conseqüentemente das famílias.

No que diz respeito às diferenças de comportamento entre os (as) idosos (as) que mantem o vínculo familiar e os que não mantem, prevaleceu o sim. A partir da análise, pode-se identificar que os (as) idosos (as) melhor se desenvolvem e se relacionam no âmbito institucional quando mantem um relacionamento estável com a família. Já os (as) que não o mantêm, o contrário disto. Além de se mostrarem bastante apegados (as) aos (às) profissionais da instituição.

Referindo-se aos fatores que podem levar ao rompimento dos vínculos familiares, o que mais é evidenciado na fala dos profissionais são os conflitos familiares, além das dificuldades que podem se apresentar ao cuidar de uma pessoa idosa, como os aspectos biopsico sociais que podem afetar o desenvolvimento de uma vida saudável na velhice. Além do fato de os familiares necessitarem trabalhar, e não obterem tempo para ficar com o (a) idoso (a).

Quanto os impactos ocasionados pelo rompimento de vínculos familiares, destaca-se uma imensidão de sentimentos intensos que afetam todo o entorno da vida cotidiana do idoso. Tristeza, depressão, falta de vontade e ânimo para realizar as tarefas. Sentimentos estes que certamente estão ligados à ausência de uma referência de família, ou então a não presença da mesma na vida do (a) idoso (a).

Dentre os desafios em manter o vínculo com a família, o que mais predominou na análise foi o fato de a instituição não desenvolver nenhuma ação que busque aproximar as partes (idoso/a e família). Nem realizar se quer um acompanhamento direcionado aos (as) mesmos (as), ou ao fortalecimento de vínculos familiares. Para a ILP as pessoas adentram a instituição, e o modo como se relacionam diz respeito somente a elas. Se os familiares não procuram mais o (a) idoso (a), nada é feito. Sem pensar no quanto isto pode afetar à pessoa institucionalizada.

A análise indica ainda a necessidade de intervenção das instituições, referindo-se a realização de trabalho junto aos casos de rompimento de vínculos familiares. Cabe a instituição intervir e se posicionar, desenvolver ações que busquem aproximar idosos (as) e família. Acompanhar as famílias e os (as) idosos no processo de institucionalização e desenvolver ações que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares quando possíveis.

Entende-se que no processo de rompimento dos vínculos, sofrem além dos idosos (as), os familiares. E que em momento algum deve ser imposto aos mesmos como devem se relacionar. Porém, se ambos concordam e compreendem a necessidade e importância deste vínculo para eles mesmos, o trabalho de mediação

dos conflitos cabe ao assistente social quando inserido na instituição e demais equipe de trabalho em um movimento interdisciplinar.

Foca-se no profissional do Serviço Social uma vez que este que deve adquirir formação generalista, e possui subsídios para compreender a historicidade, que se deu no decorrer da vida dos (as) usuários (as), seu passado, por que motivos foi institucionalizado (a), por que os vínculos com a família foram rompidos. A totalidade, que demonstra que os fatos que ocorreram na vida do usuário não se dão de forma isolada, como o rompimento dos vínculos familiares por exemplo. Que pelo contrário, estão interligados num ciclo de circunstâncias muito maiores. E a contradição, que faz refletir, quando se pensa que um pai pode ter criado vários filhos, e estes filhos “não querem” cuidar do pai quando ele precisa. Cabe pensar, e compreender que o idoso também teve papel fundante nesta relação, e que ambos são responsáveis pelo desfecho dela.

Considera-se a necessidade de intervenção da instituição, assim como desenvolvimento de projetos e ações que tenham como pressuposto a aproximação entre idoso (a) e família. A instituição neste cenário pode vir a ser a ponte de interligação entre o (a) idoso (a) institucionalizado (a) e os familiares. Cabe destacar como sugestão à instituição ações que fomentem o contato entre idoso e família (quando for do interesse de ambos), pois respondendo ao problema de pesquisa fica claro a importância e urgência de um trabalho pautado na aproximação dos envolvidos.

Ressalta-se que este estudo buscou respostas em relação ao rompimento dos vínculos familiares, sendo assim seu desenvolvimento pautou-se no entendimento de que os (as) usuários (as) tanto Idosos (as) quanto a famílias devem ter sua liberdade preservada, quando não for da vontade dos mesmos o contato entre eles. Seja da parte do (a) idoso (a), quanto da parte da família.

Considera-se que esta pesquisa possui dados que interessam não somente ao asilo São Vicente de Paula, mas também as demais instituições asilares do país. É relevante ainda para famílias e idosos (as) institucionalizados (as). A partir dos resultados tem-se a percepção de que direitos dos (as) idosos (as) estão sendo cerceados, no que se refere ao contato com os familiares. Cabe elucidar que a pesquisa não objetivou a crítica vazia sobre a institucionalização de idosos (as). Mas sim, a reflexão sobre este cenário. Buscou o direcionamento do olhar das autoridades

responsáveis e fiscalizatórias, assim como das administrações de instituições deste porte.

A finalização deste trabalho representa um grande passo na formação da pesquisadora, em relação ao conhecimento dos direitos que perpassam várias instâncias desde um envelhecimento saudável, direitos dos (as) usuários (as) no que se refere ao contato com às famílias, o que concerne às ILP, referindo-se à institucionalização e ao rompimento dos vínculos familiares.

O fechamento da graduação tem enorme significado sobre a vida da pesquisadora. Pois, representa a realização de um sonho não só da mesma, como também de sua própria família. Na realização e desenvolvimento desta conquista, diversas situações e dificuldades colocaram-se no caminho, mas o desejo de alcançar este objetivo sempre se mostrou maior. Foi um trabalho construído com dedicação e esmero, que tirou a pesquisadora da comodidade, entende-se que o estudo sobre a temática de nenhuma forma está esgotado e que muito há para ser descoberto e discutido.

Almeja-se a publicação da pesquisa já que a mesma seguiu todos os tramites éticos que envolvem pesquisas com seres humanos e quem sabe até mesmo servir de alicerce para um futuro mestrado ou pós-graduação, já que sabe-se que muito tem de ser estudado sobre o envelhecimento, institucionalização e rompimento dos vínculos familiares.

Verifica-se que há um longo caminho pela frente, tencionando para que as demais instituições asilares desenvolvam ações de acompanhamento das famílias e idosos (as), objetivando a promoção dos vínculos familiares. As instituições asilares devem desenvolver ações que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares, buscando a efetivação e a garantia deste que é um direito previsto no Estatuto do Idoso. Visando a melhoria da qualidade de vida e saúde das pessoas idosas, para que possam sentir-se felizes estando próximas aos “seus”, na fase final de sua vida.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos**. 2ª Edição. Campinas, SP: editora Alínea, 2009. (Coleção velhice e sociedade).

AQUINO, T. M. A.; CABRAL, B. E. S. O idoso e a família. In: FREITAS, V. L; et al. (Org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2002.

AREOSA, Silvia Virginia Coutinho; BULLA, Leonia Capaverde. Contexto social e relações familiares: o idoso provedor. In: AREOSA, Silvia Virginia Coutinho (org.). Terceira idade na UNISC: **Novos desafios de uma população que envelhece**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da família**/ Philippe Ariès; Tradução de Dora Flaksman. -2.ed.-[Reimpr.]. -Rio de Janeiro:LTC, 2012.

ALVES, Paulo César. Nervoso e Experiência de Fragilização: narrativas de mulheres idosas. In: MINAYO, MCS; COIMBRA JUNIOR, CEA. (Org.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro. Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90 1990.

_____. **Política Nacional do Idoso**. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

_____. **Estatuto do idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

_____. **Norma Operacional Básica-NOB/SUAS**. Brasília: MDS/CNAS, jul.2005.

_____. **Ministério da Saúde**. Secretária de atenção à saúde Brasília, DF, 2007.

BULLA, Leonia Capaverde. ARGIMON, Irani Iracema de Lima. **Convivendo com o familiar idoso**/ Leonia Capaverde Bulla, Irani Iracema de Lima Argimon (org.). – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CALDAS, Célia Pereira. O Idoso em Processo de Demência: o impacto na família. In: MINAYO, MCS; COIMBRA JUNIOR, CEA. (Org.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos de População. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 233-235 jan./jun. 2010.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: Uma Contribuição Demográfica. In: FREITAS, Elizabete Viana de. [Et al.]. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. -2.ed.-Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006

CANIÇO, Hernâni; BAIRRADA, Pedro; RODRÍGUEZ, Esther et. al. **Novos tipos de família**: Plano de cuidados. Imprensa Universidade de Coimbra. 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: Conhecimento e crítica? Maria do Carmo Brant de Carvalho, José Paulo Netto. _9.ed._São Paulo, Cortez, 2011.

CORTELLETI, Ivonne; CASARA, Miriam B; HERÉDIA, Vânia B. M. **Idoso asilado**: um estudo gerontológico. Caxias do Sul: Educurs/Edipucrs, 2004.

DEBERT, Guita Grin. A construção e a reconstrução da Velhice: família, Classe social e etnicidade.in: DEBERT, Guita Grin; NERI, Anita Liberalasso. (Org.) **Velhice e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**/Pedro Demo. _2.ed._19. reimpr. _São Paulo: Atlas, 2011.

DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Norman K. Denzin, Yvonna S. Lincoln; tradução Sandra Regina Netz. - Porto Alegre: Artmed, 2006.432p.; 25 cm.

FERREIRA, A.B.H. Novo **Aurélio Século XXI**. O dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1999.

FLICK; Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. São Paulo. ArtMed Editora. 2009

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed.—8.reimpr. _São Paulo: Atlas, 2007.

GOERCK, Caroline. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul**. PUCRS –Tese de doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, 2009.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, ano 13, n. 71, 2002.

GUILAMELON, Lucimari Frankenberg. Interdisciplinaridade na saúde do idoso. In: **Pelos caminhos da gerontologia**. (Org.) FILIPPOZZI, Silvio Henrique; GUILAMELON, Lucimari Frankenberg; HILLEBRAND, Marinez Domeneghini. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

HECK, Rita Maria; LANGDON, Esther Jean Matteson. Envelhecimento, Relações de Gênero e o Papel das Mulheres na Organização da Vida em uma Comunidade Rural. In: In: MINAYO, MCS; COIMBRA JUNIOR, CEA. (Org.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A família, a educação e o envelhecimento humano: Desafios para a sociedade. In: CASARA, Miriam Bonho; CORTELLETTI, Ivone Assunta; BOTH, Agostinho. (Org.) **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 09 mai. 2015.

KARSCH, Ursula Margarida. **Idosos dependentes**: famílias e cuidadores Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3):861-866, mai-jun,2003. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v19n3/15890.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAFIN, Silvio Henrique Filippozzi. Asilos: Algumas reflexões. In: CORTELLETTI, Ivonne A.; CASARA, Miriam Bonho; HERÉDIA, Vania B.M. **Idoso asilado: um estudo gerontológico**. Caxias do Sul, RS: EDUCS/EDIPUCRS, 2004.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalba Maria Carvalho. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**.4ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, Karl. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.) **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora,1999. — (série núcleo de pesquisa;1) 12

MAZZA MMP; LEFÊVRE F. Cuidar em família: análise da representação social da relação do cuidador familiar com o idoso. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**. 2005; 15(1):01-10. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v15n1/02.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**. / Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo e Carlos E. A. Coimbra Jr. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MOTTA, Alda Britto da. Visão Antropológica do Envelhecimento. In: **Tratado de Geriatria e Gerontologia**/Elizabeth Viana de Freitas... [et al.]. -2.ed.-Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. 288 p.

_____; DEBERT, Guita Grin. **Velhice e sociedade**. Anita Liberalesso Neri, Guita Grin Debert (orgs.) – Campinas, SP: Papyrus, 1999. - Coleção Vivacidade).

_____; CACHIONI, Meire. Velhice bem sucedida e educação. In: **Velhice e sociedade**. NERI, Anita Liberalesso; Debert, Guita Grin. (Org.) – Campinas, SP: Papyrus, 1999. - Coleção Vivacidade).

_____. **Qualidade de vida na velhice: Enfoque multidisciplinar** / Anita Liberalesso Neri, organizadora. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2011 (Coleção velhice e sociedade) 2ª Edição.

NETTO, Matheus Papaléo. O Estudo da velhice: Histórico, definição do campo e termos básicos. In: **Tratado de Geriatria e Gerontologia**/Elizabete Viana de Freitas... [et al.]. -2.ed.-Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. - 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PAVARINI, Sofia Cristina Iost. **Dependência comportamental na velhice: Uma análise do cuidado prestado ao idoso institucionalizado**. Tese Doutorado em educação, faculdade de educação, UNICAMP. Campinas. 1996

PAVARINI, Sofia Cristina Iost, et.al A arte de cuidar do idoso: gerontologia como profissão? **Revista Texto Contexto -enferm** 2005 Jul-Set; vol.14, n.3, p.398-402. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n3/v14n3a11.pdf>>. Acesso em: 08 abr.2016.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 8 n.1 p. 104-122. jan./jun. 2009.

PESSÔA, Elisângela Maia. **Políticas sociais alternativas à institucionalização de idosos em municípios da região das missões no rio grande do sul**. Tese de Mestrado em Serviço Social. PUCRS, Porto Alegre, 2007.

_____. **Assistência social ao idoso enquanto direito de proteção social em municípios do Rio Grande do Sul.** Tese de Doutorado em Serviço Social. PUCRS, Porto Alegre, 2010.

PILÃO, Antonio Cerdeira; GOLDEMBERG, Miriam. Poliamor e Monogamia: Construindo diferenças e hierarquias. In: **Revista Ártemis** ed. V. 13; jan-jul 2012 p. 62-71. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/File/14231/8159>>. Acesso em: 25/05/16.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social:** um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PRATES, J. C. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social.** Dissertação (Doutorado). PUCRS, Porto Alegre, 2003.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. **A entrevista na pesquisa qualitativa:** mecanismo para validação dos resultados/Maria Virgínia de Figueiredo Couto Rosa, Maria Aparecida Gonzalez Colombo Arnoldi. _1.ed. 1.reimp. _Belo Horizonte: Autêntica, 2008.112.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em serviço social:** utopia e realidade/Aglair Alencar Setubal_4.ed_São Paulo: Cortez, 2009.

SOUSA, Maria Luísa de. **Serviço Social e instituição:** A questão da participação/Maria Luísa de Sousa. –São Paulo: Cortez, 1982.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1.ed._20. reimp. -São Paulo: Atlas, 2011.

WICHMANN, Francisca Maria Assmann; COUTO, Analie Nunes; TOGNON, Gabriel Ferreira. Satisfação de idosos quanto ao convívio social e sua realidade familiar no Brasil e na Espanha. In: **Envelhecimento Humano:** realidade familiar e convívio social de idosos do Rio Grande do Sul (Brasil) e da Catalunha (Espanha) (org.) AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. Porto alegre: EDIPUCRS,2012.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice:** aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

APÊNDICES

Apêndice A - Formulário de entrevista:

Nome:

Há quanto tempo atua na instituição:

- 1) Você acredita que a institucionalização pode causar o rompimento dos vínculos familiares? Por quê?
- 2) Quais os impactos ocasionados pelo rompimento de vínculos familiares?
- 3) Quais fatores que podem levar ao rompimento dos vínculos familiares?
- 4) Há diferenças de comportamento entre os idosos que mantem o vínculo familiar e os que não mantem? Se sim, quais?
- 5) Quais os desafios em manter o vínculo com a família?
- 7) Que sugestões teria para manter o vínculo familiar quando possível?

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: Vínculos familiares e institucionalização de idosos um elo possível? Tem como pesquisadoras responsáveis Andréia dos Santos Siqueira e Elisângela Maia Pessoa sendo o estudo aplicado no Asilo São Vicente de Paula. As pesquisadoras podem ser contatadas – inclusive a cobrar – nos celulares (55) 91705074 e (55) 9136-8708. Trata-se de trabalho de conclusão de curso, que têm por objetivo analisar quais são os impactos do rompimento de vínculos familiares sobre a vida de idosos (as) institucionalizados (as) no Asilo São Vicente de Paula. Poderá sentir desconforto ao responder as perguntas por sentir-se avaliando seu trabalho ou por não sentir-se preparada para responder alguma questão. Nesse caso poderá solicitar esclarecimentos sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar, desistindo de responder a pergunta. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade, ou julgamento. As entrevistas compõem perguntas abertas que serão realizadas na instituição com horário pré-agendado. Sua participação é importante, pois como trabalhador (a), visualiza cotidianamente os impactos da quebra de vínculo familiares nos idosos. Assim enquanto benefício poderão ser pensadas atividades e intervenções que venham melhorar a qualidade de vida do idoso. Para participar deste estudo não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador. Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas, porém em nenhum momento será divulgado seu nome. A devolução dos resultados da pesquisa será feita através da apresentação da mesma, diante do trabalho de conclusão de curso e relatório de pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

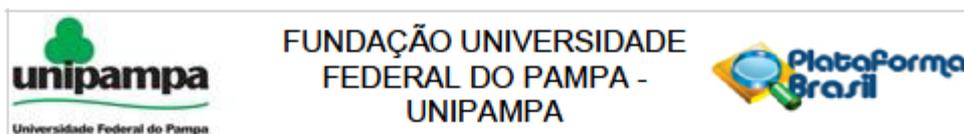
Nome do Participante da Pesquisa: _____

Nome do pesquisador responsável: _____

Local e data _____

ANEXOS

ANEXO A_ Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Vínculos Familiares e Institucionalização de Idosos um elo possível?

Pesquisador: Elisângela Maia Pessoa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 45706315.0.0000.5323

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.182.812

Data da Relatoria: 11/08/2015

Apresentação do Projeto:

De acordo com o pesquisador:

A presente pesquisa trata-se de estudo que culminará em trabalho de conclusão de curso em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. Objetiva Analisar quais são os impactos do rompimento de vínculos familiares sobre a vida de idosos institucionalizados no Asilo Sao Vicente de Paula. Justifica-se pela necessidade de debate em torno da institucionalização de idosos já que a mesma vem se apresentando de forma crescente motivada por questões economicas ou afetivas que não permitem que as familias mantenham seus idosos no domicilio. Será realizada pesquisa qualitativa com realização de entrevista com seis profissionais por meio de aplicação de formulário que será analisado por análise de conteúdo a luz do método dialético crítico.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com o pesquisador

Endereço: Campus Uruguaiana BR 472, Km592
 Bairro: Prédio Administrativo Central - Caixa CEP: 97.500-970
 UF: RS Município: URUGUAIANA
 Telefone: (55)3413-4321 E-mail: cep@unipampa.edu.br